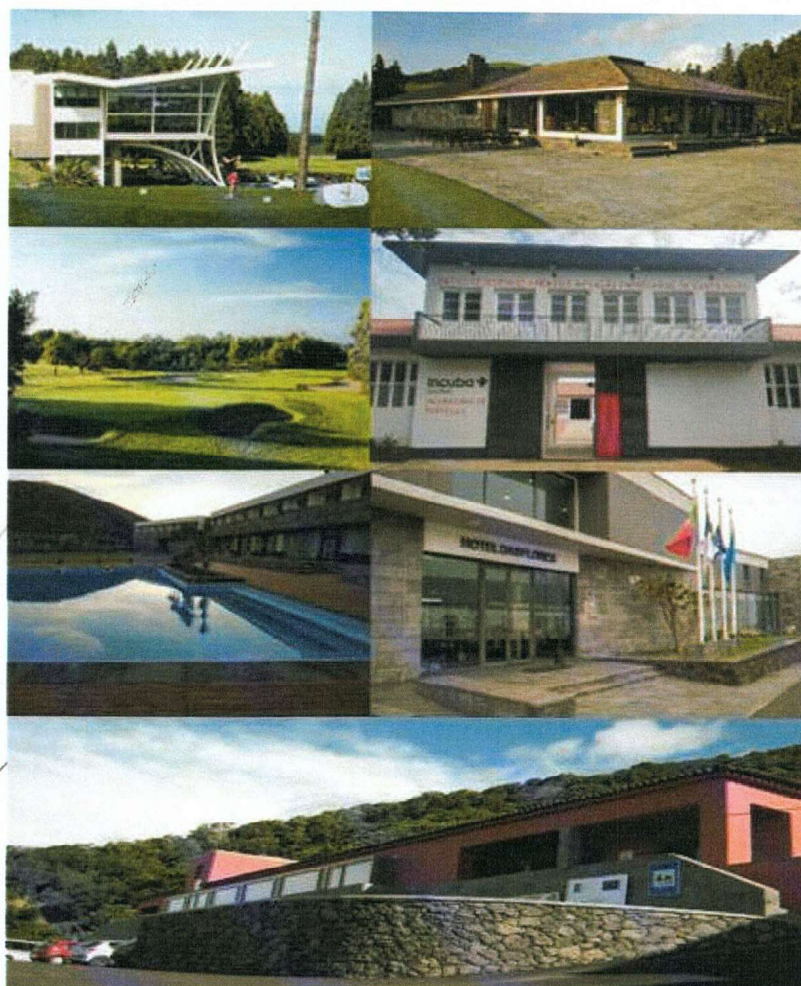


POUSADA DA JUVENTUDE DA CALDEIRA DO SANTO CRISTO, LDA

Relatório e Contas Consolidadas 2023



ABRIL 2024

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. A Sociedade	2
3. Enquadramento	3
4. Atividades realizadas em 2023	3
4.1. Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria (INCUBA+ Santa Maria)	4
4.2. Hotéis da Graciosa e das Flores	4
4.3. Campos de Golfe	5
4.3.1. Campos de Golfe da Batalha e Furnas	5
4.3.2. Campo de Golfe da Terceira	5
4.3.3. Exploração dos espaços de restauração e eventos	6
5. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial	7
5.1. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores	7
5.2. Linha de Crédito Açores Investe II	8
5.3. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II	8
5.4. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez	9
5.5. Programa de Estabilização do Emprego (PEE)	10
5.6. Programa de Valorização do Emprego (PVE)	10
6. Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo	11
7. Funcionamento e Financiamento da Atividade	12
8. Recursos Humanos	12
9. Análise das Contas	13
10. Investimento	16
11. Situação Financeira	16
11.1. Dados Económico-Financeiros	16
11.2. Indicadores Económico-Financeiros	16
12. Factos Relevantes após o Termo do Exercício	17
13. Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social	17
14. Referências diversas	17
15. Contas	18
15.1. Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2023	19
15.2. Demonstração dos Resultados Consolidados por Natureza / Funções em 31 de dezembro de 2023	20
15.3. Demonstração consolidada das alterações no património líquido	22

Handwritten signatures and initials in blue ink.

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2023

15.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidadas	24
15.5. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	25
15.6. Mapas Orçamentais Consolidados.....	55
15.6.1. Operações Internas e Fora do Perímetro - Recebimentos e pagamentos.....	57
15.6.2. Operações Internas e Fora do Perímetro – Liquidações e obrigações.....	59
15.6.3. Diferenças de Consolidação	61
15.6.4. Demonstração consolidada do desempenho orçamental	62
15.6.5. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.....	63
16. Relatório do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas	64



1. Introdução

A Ilhas de Valor S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada pela Resolução n.º 177/2005, de 24 de novembro, tendo sido efetuada a escritura pública em 29 de dezembro de 2005 e o seu correspondente registo comercial na Conservatória de Vila do Porto, ilha de Santa Maria, onde está sedeadada a empresa.

O **capital social** é de 9 milhões de euros, distribuída pelos seguintes acionistas:

- **A Região Autónoma dos Açores: 50,56% - 4.550.000,00 euros**
- **O Fundo Regional Apoio Coesão e Desenvolvimento Económico: 49,44% - 4.450.000,00 euros**

No ano de 2023, a Ilhas de Valor S.A. tinha a seguinte composição dos **órgãos sociais**:

1. Mesa da Assembleia-Geral

Presidente: Vassili Plesov

Vice-Presidente: Alexandra Vitória Falcão Pereira de Viveiros

Secretário: Maria do Sameiro Mesquita Gabriel

2. Membros do Conselho de Administração

Presidente: Frederico Paulo dos Reis Índio Matias Tavares

Vogal Não Executivo: Pedro Costa Aguiar Ribeiro da Costa

Vogal Não Executivo: Marco André Forjaz Rendeiro

3. Fiscal Único e respetivo suplente

Fiscal Único - Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda, (ROC n.º 199).

Fiscal Suplente - Catarina Isabel Furtado Pacheco, (ROC n.º 1365).

Representante da Região Autónoma dos Açores: Rogério Gomes Moitoso

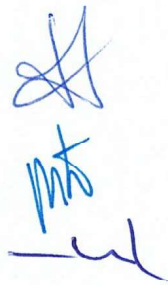
Representante do Fundo Regional de Apoio à Coesão de Desenvolvimento

Económico: Ana Paula Carvalho Homem de Gouveia

2. A Sociedade

A sociedade tem por **objeto social**:

1. O planeamento, a promoção e o desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.
2. A sociedade tem ainda como objeto social o apoio às empresas, nomeadamente:
 - a) Estimular a intervenção do capital de risco no apoio às pequenas e médias empresas, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores;
 - b) Reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projetos que, pelo seu risco e cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;
 - c) Promover a contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME;
 - d) Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente os instrumentos convertíveis de capital e dívida e a titularização de créditos destinados a potenciar o financiamento de pequenos projetos de PME.
3. A prossecução dos objetivos do número anterior concretiza-se através da participação nos seguintes instrumentos de financiamento:
 - a) Reforço do capital de um Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), criado pelo Decreto-Lei n.º 229/98, de 22 de julho;
 - b) Constituição ou reforço do capital de veículos de investimento imobiliário, designadamente fundos de investimento imobiliário;
 - c) Constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, nomeadamente, com mecanismos de garantia e de bonificação parcial dos juros e outros encargos;



- d) Participação em mecanismos de prestação de garantias de financiamento.
4. A sociedade pode, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis, comerciais, industriais e financeiras relacionadas direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto social ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.
5. Na prossecução do seu objeto, a sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, ainda que com o objeto diferente do seu, bem como associar-se, sob qualquer forma, com quaisquer entidades singulares ou coletivas, nomeadamente para formar agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação, agrupamentos europeus de interesse económico ou outro tipo de exercício de atividade económica.

3. Enquadramento

A Ilhas de Valor, S.A., empresa pública regional, para além de promover a coesão regional, desempenha também um importante papel no apoio empresarial através de linhas de crédito com condições mais vantajosas para as empresas regionais e isso teve uma importância acrescida durante o período de crise da economia regional.

A Ilhas de Valor, S.A., tem como objetivo ser um instrumento de política económica para atuação em áreas de menor potencial económico, mas que, pelas atuais condições de mercado, ainda não permitem uma adequada rentabilização do capital privado.

É de referir que os Açores são o primeiro arquipélago no Mundo a alcançar certificação internacional de destino sustentável, por uma entidade acreditada pelo Conselho Global de Turismo Sustentável.

4. Atividades realizadas em 2023

A atividade desenvolvida em 2023 pela Ilhas de Valor, S.A., seguiu o proposto no Plano de Atividades e Orçamento, com destaque para o cumprimento nos principais domínios da atividade que desenvolve.



4.1. Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria (INCUBA+ Santa Maria)

Na INCUBA + Santa Maria realizaram-se ações de formação para que os empreendedores incubados se capacitem e adquiram conhecimentos nas áreas de gerência, contabilidade, gestão financeira, apoios financeiros, controlo de custos e exportação, jurídica, marketing, entre outros. A capacitação dos Empreendedores na gestão dos seus negócios, é fundamental, na potenciação das suas competências procurando criar ligações, quer financeiras, quer de recursos, entre os vários intervenientes.

Manteve-se a disponibilização dos espaços de Cowork, Olaria, Fablab, Sala de Reuniões, Salas de Formação e Espaço Multiusos, para atividades ligadas ao desenvolvimento do empreendedorismo, tanto aos empreendedores incubados como aos empresários e parceiros.

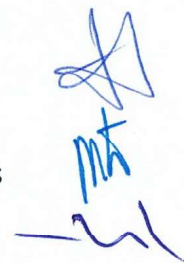
Procedeu-se a uma nova fase de admissão de Empreendedores, tendo sido disponibilizados 3 espaços, que foram objeto de 5 candidaturas, traduzindo-se em 3 Projetos incubados, sendo 3 em incubação física.

Projetos em processo de incubação a 31 de dezembro 2023	
Incubação Física	16
Incubação Virtual	10
Total	26

4.2. Hotéis da Graciosa e das Flores

A Ilhas de Valor, S.A. possui os hotéis da Graciosa e das Flores. São infraestruturas importantes na atividade turística para cada uma das Ilhas e contribuem fortemente para o desenvolvimento socioeconómico, que encontra nesta atividade um dos pilares de desenvolvimento que está apostada em prosseguir.

A Ilhas de Valor, S.A. mantém a Concessão da Exploração das duas unidades hoteleiras com a Fundação INATEL até dia 8 de janeiro de 2025.



O contrato de cessão de exploração prevê o pagamento à Ilhas de Valor, S.A. de 20% dos Resultados Líquidos de Exploração apurados para cada exercício.

4.3. Campos de Golfe

A Ilhas de Valor, S.A., possui os três campos de golfe nos Açores, nas ilhas de São Miguel e Terceira.

O golfe é uma atividade que complementa a oferta turística nos Açores. Entende-se que esta atividade é de um produto capaz de gerar fluxos turísticos consideráveis, sendo fundamental continuar com o conceito “Azores Golf Islands”, integrando todos os campos num plano estratégico único.

4.3.1. Campos de Golfe da Batalha e Furnas

A Ilhas de Valor, S.A. explora, desde março de 2010, os campos de golfe da Batalha e das Furnas, na ilha de São Miguel, conforme previsto no contrato de Cessão de Exploração celebrado com a Verdegolf, S.A..

A Ilhas de Valor, S.A. assumiu então o funcionamento da atividade dos referidos campos. A atividade destas infraestruturas consiste na prática da modalidade, gestão de torneios e eventos ligados ao golfe, aulas, loja especializada denominada *proshop* e ocupação de tempos livres. Os campos de golfe possuem duas infraestruturas sociais, denominadas *Clubhouse*, onde se desenvolvem as atividades complementares a este negócio como o serviço de bar, restauração, festas, banquetes e apoio aos eventos.

No entanto, perante a insolvência da Verdegolf, a Ilhas de Valor, S.A. adquiriu em 2019 os dois campos de golfe, conforme objetivo definido pelo Governo Regional dos Açores e deliberado pela Assembleia Geral da Ilhas de Valor, S.A..

Na sequência da implementação de planos de manutenção dos campos de golfe, por forma a garantir uma maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis, traduzindo-se numa melhoria significativa do estado dos campos de golfe.



Foram ainda intervenções no Percurso C do Campo de Golfe da Batalha, com destaque para a recuperação do lago do buraco 5.

Deu-se continuidade aos trabalhos de reparação dos buggies. Neste momento existem 38 buggies distribuídos pelos campos de golfe da Batalha, das Furnas e da Terceira.

4.3.2. Campo de Golfe da Terceira

Em outubro de 2015, foi celebrado o contrato de Cessão de exploração do campo de golfe da Terceira com o Clube de Golfe da Ilha Terceira, sendo a única entidade responsável pelo fomento e prática de golfe na ilha Terceira, não estando incluída a *ClubHouse*, e tendo em consideração o interesse turístico do golfe para o Turismo dos Açores.

Nos termos da Resolução do Conselho do Governo n.º 108/2022 de 13 de junho de 2022, a sociedade Ilhas de Valor, S.A. ficou incumbida de assumir, em dezembro de 2022, a propriedade plena do Campo de Golfe, e respetivas infraestruturas.

No quarto trimestre de 2023, iniciou-se um plano de recuperação e manutenção do campo de golfe da Terceira, por forma a garantir uma melhor qualidade do campo e maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

4.3.3. Exploração dos espaços de restauração e eventos

A Ilhas de Valor, S.A. tem, nas suas infraestruturas de golfe, espaços dedicados à exploração de restauração e eventos.

Na sequência dos resultados negativos desta operação, procedeu-se, no ano de 2023, ao lançamento de Procedimentos de Concurso Público para concessão dos espaços de eventos e restauração:

- a. Sala de eventos do Campo de Golfe da Batalha
- b. Restaurante do Campo de Golfe das Furnas
- c. Restaurante do Campo de Golfe da Terceira
- d. Sala de eventos do Campo de Golfe da Terceira



Os espaços afetos aos campos de golfe da Batalha e Terceira foram concessionados a partir do terceiro trimestre de 2023. Considerando a inexistência de propostas para o restaurante do campo de golfe das Furnas, a Ilhas de Valor, S.A. mantém a exploração do espaço, tendo procedido a uma reestruturação por forma a tornar mais rentável esta atividade. Para além disso, a empresa mantém a exploração do “Bar do Golfista” no campo de golfe da Batalha.

5. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial

Relativamente às Medidas de Apoio às Empresas e conforme definido em Resolução do Conselho do Governo (RCG), a Ilhas de Valor, S.A. é a Entidade Gestora das seguintes Linhas de Apoio às Empresas (EGL):

5.1. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamento afeto à atividade produtiva. Esta linha encerrou a 30 de setembro de 2010.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas. Em novembro de 2014, um segundo aditamento veio permitir um alargamento do prazo da operação e/ou um novo período de carência.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2022	4.713.028,34
Montante Debitado em 2023	0,00
Montante em Dívida em 31/12/2023	400,51



5.2. Linha de Crédito Açores Investe II

Esta linha de apoio teve como beneficiários as empresas com sede na RAA, que desenvolvessem atividades enquadradas na lista de CAE's definida pela EGL, com uma dotação inicial de 40 milhões de euros, tendo sido reforçada, durante o ano de 2013, em 10 milhões de euros e posteriormente em mais 5 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 31 de dezembro de 2013.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses, para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 7 operações.

Unidade: Euros	
Montante Executado até 31/12/2022	11.033.378,45
Montante Debitado em 2023	9.093,44
Montante em Dívida em 31/12/2023	181.237,44

5.3. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II

Esta linha visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 13 de setembro de 2011.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 14 operações.

Unidade: Euros	
Montante Executado até 31/12/2022	11.451.172,13
Montante Debitado em 2023	9.808,18
Montante em Dívida em 31/12/2023	160.560,19

5.4. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez

Este apoio visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva. Da operação de reestruturação da dívida bancária teria de resultar um benefício para a empresa, traduzido numa diminuição dos encargos financeiros globais a curto e médio prazo, em ordem a permitir a libertação de fundos para reforçar a sua solidez económico-financeira. Como o próprio nome indica, esta linha tinha associada uma operação de apoio à tesouraria que poderia ser efetuada ao abrigo da Linha de Crédito Açores Investe II, da Linha de Crédito Açores Empresas III ou de um novo financiamento. Esta Linha encerrou a 30 de setembro de 2013.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho, veio permitir introduzir um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL a gerir e a pagar as bonificações de 35 operações, sendo que umas das quais ainda está ativa e beneficia da referida RCG. Posteriormente em novembro de 2014, foi acordado um segundo aditamento, que veio permitir um alargamento do prazo e/ou do período de carência, e que abrangeu, 46 empresas, estando 24 delas ainda ativas.

Tipo de Empresa	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
Micro	184	53,5%	24.304.575,31	810
Pequena	117	34,0%	34.183.613,70	1.674
Média	39	11,3%	20.524.259,32	1.530
Grande	4	1,2%	511.691,66	362
TOTAL	344		79.524.139,99	4.376
Aprovadas	344	91,0%		
Desistências	24	6,3%		
Não aprovada	10	2,6%		
Ilha	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
SMA	0	0,0%	0,00	0
SMG	173	50,3%	49.374.639,96	2867

Tipo de Empresa	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
TER	67	19,5%	13.029.848,95	644
FAI	47	13,7%	7.803.089,16	386
PIC	18	5,2%	3.045.763,34	123
SJO	27	7,8%	3.604.888,77	201
GRA	6	1,7%	880.940,49	39
FLO	6	1,7%	1.784.969,32	116
COR	0	0,0%	0,00	0
Aprovadas	344		79.524.139,99	4.376

5.5. Programa de Estabilização do Emprego (PEE)

O Programa de Estabilização do Emprego (PEE) - Medida excecional criada com o objetivo de apoio à atividade das empresas, através da ajuda à manutenção dos seus postos de trabalho permanentes (efetivos). Esta medida foi aberta em agosto de 2013 e consistia num empréstimo sem juros por 6 anos, com os montantes de financiamento por empresa até 25.000,00 euros (microempresas) e 100.000,00 euros (pequenas e médias empresas). Foram aprovadas pela EGL 60 candidaturas tendo esta medida abrangido 478 pessoas e disponibilizado 1,9 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 14 de dezembro de 2017.

Atualmente, a EGL está a gerir e a pagar bonificações de 14 candidaturas, ainda ativas, que beneficiaram do referido apoio.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2022	231.627,52
Montante Debitado em 2023	203,47
Montante em Dívida em 31/12/2023	20.608,28

5.6. Programa de Valorização do Emprego (PVE)

Em 2012, no âmbito do PVE, a Ilhas de Valor, S.A. concedia apoios sob a forma de empréstimos reembolsáveis.



O apoio destinava-se a empresas em risco, de setores diretamente afetados pelas dificuldades associadas à falta de liquidez, geradas pelo impacto da crise financeira com sede na RAA.

Foram concedidos empréstimos no montante de 9,6 Milhões de euros correspondentes a 171 candidaturas.

No entanto várias empresas entraram em incumprimento, com algumas destas em situação de insolvência, PER, com dívidas ao Estado ou em incumprimento da obrigação da manutenção dos postos de trabalho.

Na sequência da implementação do novo processo de cobranças do Programa de Valorização do Emprego (PVE), iniciaram o pagamento das prestações 24 empresas correspondente a 1,2 milhões de euros. De realçar que estas empresas não realizaram qualquer pagamento desde o início do financiamento (2012).

No ano de 2023, a Ilhas de Valor, S.A. recebeu como reembolso das empresas apoiadas o montante de 391.441,43 euros um aumento de 124 mil euros (+46%) face ao ano de 2022.

Este procedimento irá manter-se no ano de 2024 por forma a garantir o reembolso das empresas devedoras.

6. Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo

Em maio de 2019 foi celebrado um Contrato de Cedência de Exploração entre a Região Autónoma dos Açores, a Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda e a sociedade PJA - Pousadas de Juventude dos Açores, S.A., em substituição ao Contrato de Cessão de Exploração celebrado em julho do ano de 2011, atendendo a que o anterior modelo de exploração se encontrava desajustado dos objetivos definidos pelo Governo Regional, conforme a Resolução do Conselho do Governo n.º 46/2019 de 2 de abril de 2019.

No âmbito do Contrato de cedência de exploração existente com a PJA – Pousadas de Juventude dos Açores, S.A., procedeu-se ao acompanhamento do desenvolvimento da Pousada de Juventude de São Jorge, contribuindo para a preservação e promoção daquela zona.

7. Funcionamento e Financiamento da Atividade

No que concerne às Fontes de Financiamento, a Ilhas de Valor, S.A. recebeu, no ano de 2023, por conta do Contrato Programa a celebrar com a RAA para financiamento do Plano de Atividades e de Investimentos, assim como para custos inerentes ao funcionamento e financiamento emergentes do mesmo, o montante de 3.620.000,00 euros.

Todo o financiamento da atividade da Pousada da Juventude da Caldeira Santo Cristo, foi efetuado através de verbas transferidas pela Ilhas de Valor, SA.

8. Recursos Humanos

A Ilhas de Valor, S.A. terminou o ano de 2023 com 73 trabalhadores ao serviço da empresa, distribuídos pelos campos de golfe, INCUBA+ e serviços partilhados:

Local	Departamento	# Colaboradores	
Campo Golfe Batalha	Administrativo e Recepção Batalha	2	32
	F&B Batalha	3	
	Golfe Batalha	10	
	Manutenção Batalha	17	
Campo Golfe Furnas	Administrativo e Recepção Furnas	1	14
	F&B Furnas	2	
	Golfe Furnas	3	
	Manutenção furnas	8	
Campo Golfe Terceira	Administrativo Terceira	4	16
	Golfe Terceira	5	
	Manutenção Terceira	7	
Incubadora	Santa Maria	4	4
Serviços Partilhados	Administração	1	7
	Administrativos Gerais	3	
	Compras	1	
	Diretor Administrativo Financeiro	1	
	Secretariado	1	

9. Análise das Contas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2023	2022
Impostos e taxas			
Vendas	22	167 571,41 €	85 245,64 €
Prestações de serviços	22	1 135 208,69 €	851 235,92 €
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	23	3 552 464,50 €	2 755 148,93 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00 €	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10	-394 959,89 €	-206 045,59 €
Fornecimentos e serviços externos	24	-458 395,17 €	-653 136,06 €
Gastos com pessoal	25	-1 548 419,51 €	-1 577 660,48 €
Imparidades de inventários (perdas/reversões)		297 372,41 €	7 901,62 €
Outros rendimentos e ganhos	26	186 875,18 €	156 199,55 €
Outros gastos e perdas	27	-148 147,74 €	-70 020,53 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		2 789 569,88 €	1 348 869,00 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-499 429,78 €	-489 806,81 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 290 140,10 €	859 062,19 €
Juros e rendimentos similares obtidos		881,57 €	
Juros e gastos similares suportados		-542 516,20 €	-250 188,26 €
Resultado Antes de Impostos		1 748 505,47 €	608 873,93 €
Imposto sobre rendimento do período		-289 446,11 €	-104 210,49 €
Resultado Líquido do período		1 459 059,36 €	504 663,44 €
Resultados Líquidos do período atribuíveis a interesses minoritários		18 125,17 €	20 625,50 €
Resultado Líquido do período		1 477 184,53 €	525 288,94 €

As Receitas atingiram os 1,3 milhões de euros, representando um aumento de 366,3 mil euros (39,1%) face ao ano de 2022, principalmente pelo aumento da atividade nos Campos de Golfe, pelo incremento das receitas do Campo de Golfe da Terceira e pelo aumento das vendas nas *Proshops*.

O CMVMC atingiu os 395,0 mil euros, representando um aumento de 188,9 mil euros face a 2022, alinhado com o aumento das receitas e pela alteração do modelo do registo contabilístico. A Margem Bruta é 30,3%, um aumento de 8,3 p.p. vs 2022.

Os Custos com FSE foram de 458,4 mil euros, representando uma redução de 194,7 mil euros *versus* o ano anterior, pela adoção de medidas de redução de custos, apesar do aumento de custos com eletricidade no montante de 76,5 mil euros. Para além disso, registou-se um aumento de custos com a contratação de apoio jurídico para os

procedimentos da restauração e com a certificação de Sustentabilidade dos Campos de Golfe, no montante de 16 mil euros.

Os Gastos com Pessoal atingiram os 1,5 milhões de euros, correspondendo a uma redução de 1,9% face ao ano de 2022, pela redução do número de colaboradores no âmbito das concessões dos restaurantes, apesar do aumento de custos correspondentes ao aumento do SMN para o ano de 2023 no montante de 48,2 mil euros, de rescisões de contratos de trabalho decorrentes do processo de concessão dos espaços afetos à restauração no montante de 36,7 mil euros e, no âmbito da transmissão do campo de golfe da Terceira, da integração de 10 colaboradores do CGIT no montante de 136,1 mil euros.

Em Outros Rendimentos e Ganhos registou-se um aumento de 320,1 mil euros essencialmente pela recuperação de valores do Programa de Valorização do Emprego que estavam dados como “perdidos” no montante de 297 mil euros.

Em outros Gastos e Perdas registou-se um aumento de 78,1 mil euros, essencialmente pelo aumento de 47 mil euros referentes ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), quer pela transmissão do Campo de Golfe da Terceira, quer pela atualização, em 2022, do VPT do Campo de Golfe da Batalha.

No âmbito do Contrato Programa para a Coesão, foram transferidos 3,5 milhões de euros, correspondendo a uma redução de 130 mil euros face ao plano para o ano de 2023, para fazer face a custos com amortizações de financiamentos (2,2 milhões de euros) e custos com Pessoal (1,5 milhões de euros).

As Amortizações e Depreciações atingiram os 499,4 mil euros, representando um aumento de 2,1% *versus* o ano de 2022, pela transmissão do Campo de Golfe da Terceira para a Ilhas de Valor, S.A. realizada no final de 2022.

Nos Encargos Financeiros foram de 542,5 mil euros, correspondendo a um aumento de 292,3mil euros, considerando o incremento dos financiamentos obtidos pela transmissão do Campo de Golfe da Terceira no montante de 3,9 milhões de euros e pelo aumento das taxas de juros.

O Balanço resumido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresentava-se conforme o quadro seguinte:

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

		(Euros)	
RUBRICAS	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	26 874 835,19 €	28 009 996,54 €
Ativos intangíveis	7	5 594,58 €	8 487,14 €
Participações financeiras	8	0,00 €	
Outros ativos financeiros		6 640,93 €	4 280,72 €
		26 887 070,70 €	28 022 764,40 €
Ativo corrente			
Inventários	10	113 294,24 €	96 835,92 €
Clientes, contribuintes e utentes	11	67 099,81 €	58 162,73 €
Estado e outros entes públicos	13	10 746,14 €	50 959,45 €
Outras contas a receber	12	3 331 694,52 €	4 676 864,51 €
Diferimentos	14	5 235,80 €	3 406,00 €
Caixa e depósitos bancários	4	106 016,89 €	62 243,92 €
		3 634 087,40 €	4 948 472,53 €
Total do ATIVO		30 521 158,10 €	32 971 236,93 €
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Património/Capital	15 / 16	9 000 000,00 €	9 000 000,00 €
Reservas	15 / 17	831 264,45 €	805 000,00 €
Resultados transitados	15	3 384 212,65 €	4 641 903,94 €
Ajustamentos em ativos financeiros	15 / 18	-16 744,32 €	-16 744,32 €
Outras variações no Património Líquido	15 / 18	1 815 185,14 €	1 847 028,53 €
Resultado líquido do período		1 477 184,53 €	525 288,94 €
Interesses que não controlam		271 146,93 €	289 268,88 €
Total do Património Líquido		16 762 249,38 €	17 091 745,97 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	19	9 467 840,85 €	11 680 008,67 €
		9 467 840,85 €	11 680 008,67 €
Passivo corrente			
Fornecedores	20	118 079,62 €	161 781,51 €
Estado e outros entes públicos	13	231 414,67 €	70 534,19 €
Financiamentos obtidos	19	2 360 010,28 €	2 371 819,37 €
Outras contas a pagar	21	1 568 528,74 €	1 595 347,22 €
Diferimentos	14	13 034,56 €	
		4 291 067,87 €	4 199 482,29 €
Total do Passivo		13 758 908,72 €	15 879 490,96 €
Total do Património Líquido e Passivo		30 521 158,10 €	32 971 236,93 €

10. Investimento

Em 2023 foram investidos 74.633,94 euros entre a recuperação do lago do campo de golfe da Batalha, a reparação de toda a caixilharia do *Club House* da Batalha, recuperação de equipamento para manutenção dos campos de golfe, aquisição de sacos de golfe para aluguer, portões e cobertura dos armazéns do campo de golfe das Furnas e baterias para *buggies*.

11. Situação Financeira

Tendo em conta uma análise comparativa do exercício de 2023 face ao ano de 2022, verifica-se que a empresa mantém o seu nível de Património Líquido.

11.1. Dados Económico-Financeiros

De seguida, apresenta-se um quadro síntese dos principais dados económico-financeiros que demonstram a situação patrimonial da empresa.

	31-Dez-23	31-Dez-22
Total de Proveitos	5.339.492,19	3.855.731,66
Volume de Negócios	1.302.780,10	936.481,56
Resultados Financeiros	(541.634,63)	(250.188,26)
EBIT (Resultados Operacionais)	2.290.140,10	859.062,19
EBITDA (Cash-flow Operacional)	2.789.569,88	1.348.869,00
Resultados Antes de Impostos	1.748.505,47	608.873,93
Resultado Líquido do Exercício	1.459.059,36	504.663,44
Rendibilidade dos Capitais Próprios	8,70%	2,95%
Rendibilidade das Vendas	112,00%	54%
Liquidez Geral	84,69%	118%
Autonomia Financeira	54,92%	52%
Solvabilidade	121,83%	108%
Endividamento	45,08%	48%

11.2. Indicadores Económico-Financeiros

	31-dez-23	31-dez-22
Rendibilidade operacional	175,79%	91,73%
Rendibilidade Financeira	8,70%	2,95%
Rendibilidade Económica	4,78%	1,53%
Grau de alavanca financeira	130,98%	141,09%

12. Factos Relevantes após o Termo do Exercício

Não existem factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

13. Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

As empresas não têm em mora quaisquer dívidas à Administração Fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social.

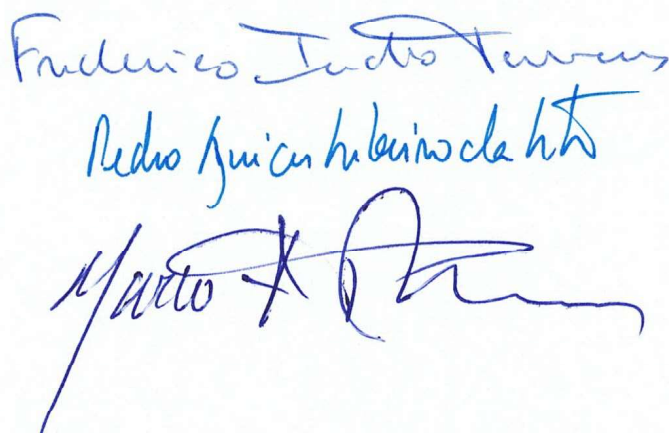
14. Referências diversas

O Conselho de Administração julga de justiça exprimir os seus agradecimentos:

- A todos os trabalhadores e colaboradores da nossa Empresa pelo empenho e competência demonstrados no desempenho das suas atividades;
- Aos acionistas da Empresa que continuam a prestar-nos o seu apoio e confiança;
- Aos nossos clientes, às Instituições de Crédito, fornecedores e demais *stakeholders* pela confiança que têm demonstrado.

Vila do Porto, 11 de junho de 2024

O Conselho de Administração,



Frederico João Taveira
Pedro Miguel da Silva
Mário A. A. A.



15. Contas

- ✓ BALANÇO
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
- ✓ MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DE CAPITAL
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
- ✓ ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

15.1. Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2023

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Euros)

RUBRICAS	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	26 874 835,19 €	28 009 996,54 €
Ativos intangíveis	7	5 594,58 €	8 487,14 €
Participações financeiras	8	0,00 €	
Outros ativos financeiros		6 640,93 €	4 280,72 €
		26 887 070,70 €	28 022 764,40 €
Ativo corrente			
Inventários	10	113 294,24 €	96 835,92 €
Clientes, contribuintes e utentes	11	67 099,81 €	58 162,73 €
Estado e outros entes públicos	13	10 746,14 €	50 959,45 €
Outras contas a receber	12	3 331 694,52 €	4 676 864,51 €
Diferimentos	14	5 235,80 €	3 406,00 €
Caixa e depósitos bancários	4	106 016,89 €	62 243,92 €
		3 634 087,40 €	4 948 472,53 €
Total do ATIVO		30 521 158,10 €	32 971 236,93 €
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Património/Capital	15 / 16	9 000 000,00 €	9 000 000,00 €
Reservas	15 / 17	831 264,45 €	805 000,00 €
Resultados transitados	15	3 384 212,65 €	4 641 903,94 €
Ajustamentos em ativos financeiros	15 / 18	-16 744,32 €	-16 744,32 €
Outras variações no Património Líquido	15 / 18	1 815 185,14 €	1 847 028,53 €
Resultado líquido do período		1 477 184,53 €	525 288,94 €
Interesses que não controlam		271 146,93 €	289 268,88 €
Total do Património Líquido		16 762 249,38 €	17 091 745,97 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	19	9 467 840,85 €	11 680 008,67 €
		9 467 840,85 €	11 680 008,67 €
Passivo corrente			
Fornecedores	20	118 079,62 €	161 781,51 €
Estado e outros entes públicos	13	231 414,67 €	70 534,19 €
Financiamentos obtidos	19	2 360 010,28 €	2 371 819,37 €
Outras contas a pagar	21	1 568 528,74 €	1 595 347,22 €
Diferimentos	14	13 034,56 €	
		4 291 067,87 €	4 199 482,29 €
Total do Passivo		13 758 908,72 €	15 879 490,96 €
Total do Património Líquido e Passivo		30 521 158,10 €	32 971 236,93 €

Pedro Sarmento

O Contabilista Certificado n.º 94183

A Administração

15.2. Demonstração dos Resultados Consolidados por Natureza / Funções em 31 de dezembro de 2023

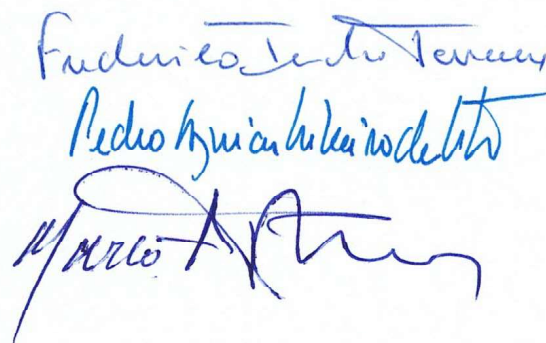
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS Período findo em 31 de dezembro de 2023

(Euros)			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2023	2022
Impostos e taxas			
Vendas	22	167 571,41 €	85 245,64 €
Prestações de serviços	22	1 135 208,69 €	851 235,92 €
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	23	3 552 464,50 €	2 755 148,93 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00 €	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10	-394 959,89 €	-206 045,59 €
Fornecimentos e serviços externos	24	-458 395,17 €	-653 136,06 €
Gastos com pessoal	25	-1 548 419,51 €	-1 577 660,48 €
Imparidades de inventários (perdas/reversões)		297 372,41 €	7 901,62 €
Outros rendimentos e ganhos	26	186 875,18 €	156 199,55 €
Outros gastos e perdas	27	-148 147,74 €	-70 020,53 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		2 789 569,88 €	1 348 869,00 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-499 429,78 €	-489 806,81 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 290 140,10 €	859 062,19 €
Juros e rendimentos similares obtidos		881,57 €	
Juros e gastos similares suportados		-542 516,20 €	-250 188,26 €
Resultado Antes de Impostos		1 748 505,47 €	608 873,93 €
Imposto sobre rendimento do período		-289 446,11 €	-104 210,49 €
Resultado Líquido do período		1 459 059,36 €	504 663,44 €
Resultados Líquidos do período atribuíveis a interesses minoritários		18 125,17 €	20 625,50 €
Resultado Líquido do período		1 477 184,53 €	525 288,94 €

O Contabilista Certificado n.º 94183



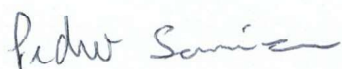
A Administração



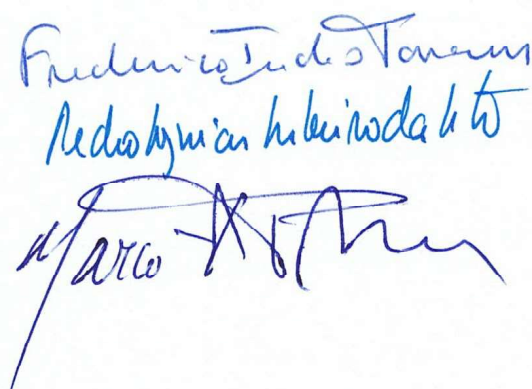
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES **Período findo em 31 de dezembro de 2023**

		(Euros)	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados	22	1 302 780,10 €	936 481,56 €
Custo das vendas e serviços prestados	10	-853 355,06 €	-859 181,65 €
Resultado Bruto		449 425,04	77 299,91
Outros rendimentos		4 036 712,09 €	2 919 250,10 €
Gastos de distribuição		-2 195 997,03 €	-2 137 487,82 €
Gastos administrativos			
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos			
Resultado operacional (antes de depreciações e gastos de financiamento)		2 290 140,10 €	859 062,19 €
Gastos de financiamento (líquidos)	28	-541 634,63 €	-250 188,26 €
Resultado antes de Impostos		1 748 505,47 €	608 873,93 €
Imposto sobre rendimento do período	30	-289 446,11 €	-104 210,49 €
Resultado líquido do período		1 459 059,36 €	504 663,44 €
Resultado líquido do período atribuível a :			
Detentores do capital da empresa-mãe		1 477 184,53 €	525 288,94 €
Interesses minoritários		18 125,17 €	20 625,50 €

O Contabilista Certificado n.º 94183



A Administração



15.3. Demonstração consolidada das alterações no património líquido

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

		Capital /		Reservas	Resultados	Ajustamentos em	Resultado líquido	Total	Interesses	Total do
		Património	Realizado	Legais	Transitados	ativos financeiros	do Período		minoritários	Património
										Líquido
Posição no início do período N	Notas	1	9 000 000,00 €	805 000,00 €	4 641 903,94 €	1 830 284,21 €	525 288,94 €	16 802 477,09 €	289 266,68 €	17 091 743,97 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira Adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização de excedentes de revalorização										
Excedentes de revalorização e respectivas variações										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio										
	15	2	0,00 €	26 264,45 €	-1 257 651,29 €	-31 843,39 €	-525 288,94 €	-1 788 559,17 €	-18 121,94 €	-1 806 681,11 €
				26 264,45 €	-1 257 651,29 €	-31 843,39 €	-525 288,94 €	-1 788 559,17 €	-18 121,94 €	-1 806 681,11 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						1 477 184,53 €	1 477 184,53 €		1 477 184,53 €
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3		0,00 €	26 264,45 €	-1 257 651,29 €	-31 843,39 €	951 895,59 €	-311 374,64 €	-622 749,28 €	-1 245 458,56 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de Capital / Património										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras Operações										
	5		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
Posição no fim do período N	6=1+2+3+5		9 000 000,00 €	831 264,45 €	3 384 212,65 €	1 798 440,82 €	1 477 184,53 €	16 491 102,45 €	271 146,94 €	16 762 249,39 €

O Contabilista Certificado n.º 94183

Roberto Semina

A Administração

Induino João Varela

Induino João Varela

Alvaro

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2023

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Euros)

ALTERAÇÕES NO PERÍODO	Capital /		Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Património Líquido
	Património Realizado								
PRIMEIRA ADOÇÃO DE NOVO REFERENCIAL CONTABILÍSTICO									
ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS									
DIFERENÇAS DE CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
REALIZAÇÃO DE EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO									
EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO E RESPECTIVAS VARIAÇÕES									
OUTRAS ALTERAÇÕES RECONHECIDAS NO CAPITAL PRÓPRIO									
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		3							
RESULTADO INTEGRAL		4=2+3							
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de Capital / Património									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras Operações		5							
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N		6=1+2+3+4+5							

O Contabilista Certificado n.º 94183

Pedro Soares

A Administração

Fredes Santos
Pedro Vieira Almeida

Alto

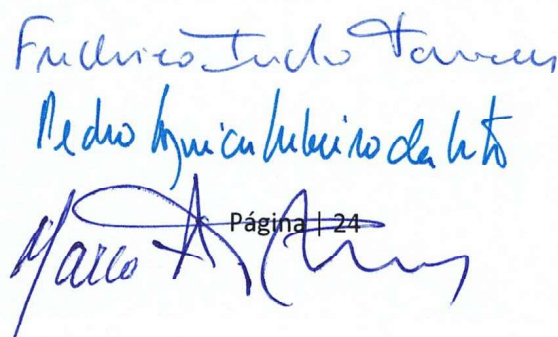
15.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidadas

	Notas	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		1 518 205,65 €	931 887,52 €
Pagamentos a Fornecedores		-1 118 023,35 €	-771 045,50 €
Pagamentos ao Pessoal		-1 386 548,00 €	-1 586 060,48 €
Caixa gerado pelas operações		-986 365,70 €	-1 425 218,46 €
Pag./ Receb. de Imposto sobre o Rendimento		-61 439,92 €	97 883,69 €
Outros Recebimentos / Pagamentos		246 438,10 €	230 549,42 €
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		-801 367,52 €	-1 096 785,35 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		-152 074,35 €	-1 057 103,22 €
Ativos Intangíveis		0,00 €	-5 895,28 €
		-152 074,35 €	-1 062 998,50 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis		0,00 €	0,00 €
Ativos Intangíveis		0,00 €	0,00 €
Investimentos Financeiros		0,00 €	0,00 €
Outros Ativos		0,00 €	0,00 €
Subsídios ao Investimento		0,00 €	0,00 €
Juros e Rendimentos Similares		0,00 €	0,00 €
Dividendos		0,00 €	0,00 €
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		-152 074,35 €	-1 062 998,50 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		613 672,11 €	652 826,47 €
Real. capital e outros instrumentos de CP		0,00 €	0,00 €
Cobertura de Prejuízos		0,00 €	0,00 €
Doações		0,00 €	0,00 €
Outras Operações de Financiamento		3 620 000,00 €	3 259 200,00 €
		4 233 672,11 €	3 912 026,47 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		-2 837 649,02 €	-2 042 842,29 €
Juros e Gastos Similares		-398 808,25 €	-250 188,26 €
Dividendos		0,00 €	0,00 €
Reduções capital e outros instrumentos de CP		0,00 €	0,00 €
Outras Operações de Financiamento		0,00 €	0,00 €
		-3 236 457,27 €	-2 293 030,55 €
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		997 214,84 €	1 618 995,92 €
Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)	4	43 772,97 €	-540 787,93 €
Efeitos das Diferenças de Câmbio			
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	4	62 243,92 €	603 031,85 €
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	4	106 016,89 €	62 243,92 €

O Contabilista Certificado n.º 85270



A Administração



15.5. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the top right corner of the page. The initials appear to be 'MT' and the signature is a stylized cursive mark.

Exercício Económico - 2023

1. Identificação da Entidade

A Ilhas de Valor, S.A., é uma sociedade anónima exclusivamente de capitais públicos, constituída em 29 de dezembro de 2005, com a sua sede na Rua de Ponta Delgada s/n, na zona do Aeroporto, Vila do Porto – Ilha de Santa Maria. A empresa tem por principal atividade o planeamento, promoção e desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.

A Ilhas de Valor, S.A. acompanha e executa políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade. Tem ainda como atividade, o acompanhamento da atividade dos hotéis construídos por esta empresa e concessionados posteriormente, a gestão e exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, a gestão das diversas Linhas de Crédito de Apoio à Atividade Empresarial, a gestão da Incubadora de Empresas do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial da Ilha de Santa Maria (INCUBA+ Santa Maria) e ainda o desenvolvimento e execução de diversos procedimentos e serviços relacionados com o património da Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria transferido para a Região Autónoma dos Açores em 2013.

A Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo Lda. é uma sociedade por quotas, constituída em 17 de julho de 2009, com a sua sede na Canada da Vinha Nova, Fajã Grande – Calheta - São Jorge. A empresa tem por principal atividade o alojamento de curta duração, nomeadamente como pousada de juventude.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com o sistema de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).



Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

Sempre que o SNC AP não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade que incluem os International Accounting Standards (“IAS”) emitidos pela International Standards Committee (“IASC”), os International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e respectivas interpretações “IFRIC” emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”)

2.2. Derrogação das Disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.



3.1. Consolidação

Associadas

Os investimentos em associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a quota-parte da participação da Ilhas de Valor, S.A. na participada Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que a influência significativa começa, até à data em que efetivamente termina, bem como nas variações de capital resultantes de registos diretos no capital próprio por parte das Associadas.

Quando a quota-parte das perdas de uma associada excede o investimento na associada, a empresa-mãe reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da associada.

3.2. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da Ilhas de Valor, S.A. e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão relevados pelos valores que resultaram da sua aquisição acrescidos de todos os gastos necessários para a sua utilização (colocação no local de uso) líquidos das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais. Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Anos de vida útil	
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	3 - 12
Equipamento administrativo	3 - 12

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a sociedade, se foram efetivamente controlados e se o seu valor for mensurável com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.5. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados





do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração de resultados.

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.6. Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial)

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas subsidiárias e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e subsidiárias são registados como rendimentos financeiros, na medida em que resultem de lucros gerados após a sua

aquisição. Os dividendos atribuídos que excedam aqueles lucros são registados como uma diminuição do valor do investimento efetuado.

Tratando-se de dividendos obtidos de empresas do grupo e subsidiárias a que é aplicado o método da equivalência patrimonial, são ajustados diretamente na conta de investimentos financeiros.

É também de referir que quando a proporção da empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra escriturado, o investimento é relatado pelo valor nulo.

3.7. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos gastos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado e FIFO.

Os inventários compreendem as matérias-primas subsidiárias e de consumo, as quais estão contabilizadas ao custo de aquisição, os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso, os quais estão valorizados ao custo de produção.

3.8. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que são estimadas.

3.9. Caixa e seus equivalentes

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidades iniciais até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizados sem risco significativo de flutuações de justo valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço consolidado, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração de fluxos de caixa, como Caixa e equivalentes de caixa.

3.10. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11. Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

As despesas com a emissão de empréstimos são reconhecidas pelo método do custo na demonstração de resultados ao longo do período de duração dos empréstimos.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares, nomeadamente imposto do selo, são registados na demonstração de resultados de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica) dos exercícios encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do fecho de contas classificados na rubrica "Outros passivos correntes".

3.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados consolidados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no capital próprio.

3.12.1 Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 14,7%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei n.º 12-A/2010, consoante os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

3.12.2 Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária.

3.13. Benefícios aos empregados

A empresa reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'A' and 'MH'.

3.14. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.15. Subsídios e apoios do Governo

As participações financeiras atribuídas pelo Estado Português, pelo Governo Regional e pela União Europeia ou organismos semelhantes, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela ILHAS DE VALOR são reconhecidos pelo seu justo valor, nomeadamente pelo valor fixado no contrato assinado entre as partes, e quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

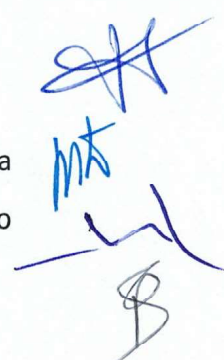
Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas, e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos como um passivo, na rubrica de financiamentos obtidos.

Os subsídios à exploração estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, mesmo período em que os gastos associados são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

No caso de subsídios mistos, como o caso do Contrato-programa Coesão atribuído anualmente pela RAA, é apurada a parcela destinada a investimento e registada na rubrica de Capital Próprio, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados de cada

exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. A parcela destinada a apoio à exploração é reconhecida na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.



3.16. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo fixo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como gastos na demonstração consolidada de resultados do período a que dizem respeito.

3.17. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes

recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.18. Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda ou prestação de serviços no decurso normal da atividade da Ilhas de Valor. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

3.19. Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

3.20. Principais fontes de incerteza das estimativas

A NCRF requer que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado, os resultados reportados pela sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.21. Classificação da demonstração da posição financeira

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração da posição financeira.

3.22. Eventos subsequentes

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que ocorrem após a data de fecho do ano são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 têm a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	2 890,30 €	1 844,76 €
Depósitos bancários	103 126,59 €	60 399,16 €
	106 016,89 €	62 243,92 €

Os saldos de caixas e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados e corrigidos erros materiais.

6. Ativos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos e Out. Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Investimentos em Curso	Total
ATIVOS - VALOR BRUTO								
A 1 de janeiro de 2023	7 949 517,86 €	24 351 898,13 €	1 327 982,13 €	64 902,75 €	254 336,99 €	308 434,10 €	0,00 €	34 257 071,96 €
Aquisições		48 528,83 €	12 788,54 €			13 316,57 €		74 633,94 €
Transferências e Alienações / Abates	106 664,26 €	808 146,11 €	-879 037,22 €					35 773,15 €
A 31 de dezembro de 2023	7 842 853,60 €	23 592 280,85 €	2 219 807,89 €	64 902,75 €	254 336,99 €	321 750,67 €	0,00 €	34 295 932,75 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS								
A 1 de janeiro de 2023	0,00 €	4 811 193,70 €	832 398,68 €	64 902,75 €	230 146,19 €	308 434,10 €		6 247 075,42 €
Dotações / Reforço		405 089,50 €	85 003,80 €		5 923,64 €	520,28 €		496 537,22 €
Anulação / Reversão		201 552,30 €	-879 037,22 €					-677 484,92 €
A 31 de dezembro de 2023	0,00 €	5 014 730,90 €	1 796 439,70 €	64 902,75 €	236 069,83 €	308 954,38 €	0,00 €	7 421 097,56 €
Valor Líquido Contabilístico	7 842 853,60 €	18 577 549,95 €	423 368,19 €	0,00 €	18 267,16 €	12 796,29 €	0,00 €	26 874 835,19 €

A principal variação nos ativos fixos tangíveis resume-se ao desreconhecimento de alguns ativos que, apesar de estarem contabilizados na entidade, os mesmos já não pertencem à Ilhas de Valor.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

7. Ativos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “ativos intangíveis” apresentava a seguinte composição:

	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Investimentos em Curso	Total
ATIVOS - VALOR BRUTO						
A 1 de janeiro de 2023				395 561,60 €		395 561,60 €
Aquisições						0,00 €
Transferências e Abates						0,00 €
A 31 de dezembro de 2023	0,00 €	0,00 €	0,00 €	395 561,60 €	0,00 €	395 561,60 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS						
A 1 de janeiro de 2023				387 074,46 €		387 074,46 €
Dotações / Reforço				2 892,56 €		2 892,56 €
Anulação / Reversão						0,00 €
A 31 de dezembro de 2023	0,00 €	0,00 €	0,00 €	389 967,02 €	0,00 €	389 967,02 €
Valor Líquido Contabilístico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 594,58 €	0,00 €	5 594,58 €

8. Outros Ativos Financeiros

O valor de 6.640,93€ em 2023 e de 4.280,72€ em 2022 refletem a valorização das unidades de participação no Fundo de Compensação do trabalho.

9. Ativos por impostos diferidos

O detalhe de ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Saldo em 01-01-2023	Resultado Líquido	Capitais Próprios	Saldo em 31-12-2023
Ativos por impostos diferidos				
Ajustamentos de inventários				
Ajustamentos de clientes cob. Duvidosa				
Prejuízos fiscais reportáveis	62 920,12 €	-62 920,12 €		0,00 €
Outros				
	62 920,12 €	-62 920,12 €	0,00 €	0,00 €
Passivos por impostos diferidos				
Ganhos tributados em períodos futuros				
Revalorizações de ativos fixos tangíveis				
Outros				
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

10. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Mercadorias	80 697,94 €	84 208,60 €
Matérias primas, Subsidiárias e de Consumo	32 596,30 €	12 627,32 €
	113 294,24 €	96 835,92 €

	31/12/2023			31/12/2022		
	Mercadorias	Matérias primas	Total	Mercadorias	Matérias primas	Total
Saldo inicial 1 de janeiro	84 208,60 €	12 627,32 €	96 835,92 €	50 367,62 €		50 367,62 €
Regularizações	-27 198,20 €		-27 198,20 €			0,00 €
Compras	291 463,20 €	147 153,21 €	438 616,41 €	176 638,50 €	75 875,39 €	252 513,89 €
Custo de vendas	-267 775,66 €	-127 184,23 €	-394 959,89 €	-142 797,52 €	-63 248,07 €	-206 045,59 €
Saldo final 31 de dezembro	80 697,94 €	32 596,30 €	113 294,24 €	84 208,60 €	12 627,32 €	96 835,92 €

As compras de mercadorias e matérias-primas estão relacionadas com a exploração normal da atividade de restaurante, bar e golfe.

O custo dos inventários reconhecidos, em 2023, como gasto e incluído na rubrica de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 394.959,89 euros (em 2022: 206.045,59 euros). Este aumento está relacionado com a melhor identificação e reconhecimento das mercadorias e matérias-primas que anteriormente eram consideradas diretamente como gastos de fornecimentos e serviços externos.

11. Clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a decomposição da rubrica de clientes, é como se segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes conta corrente	67 099,81 €	58 162,73 €
Clientes - títulos a receber		
Clientes - factoring		
Clientes Cobrança Duvidosa		
	67 099,81 €	55 340,73 €
Perdas por Imparidade Acumuladas		
	67 099,81 €	55 340,73 €

Em 2023, não foi contabilizada qualquer constituição ou reversão da imparidade.

Perdas por imparidade	31/12/2023	31/12/2022
Saldo a 1 de janeiro		
Aumento		
Reversão		-7 901,62 €
Regularizações		
	0,00 €	-7 901,62 €

12. Outros créditos a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a decomposição da rubrica de outros créditos a receber, é como se segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Hotel Angrasol - Aval (1)	188 376,98 €	383 376,98 €
Diversos	8 368,66 €	8 437,82 €
Fundo Contragarantia - Linhas		
Açores Investe e Açores Empresas	546 409,00 €	546 409,00 €
Linha Açores Investe II	181 237,44 €	172 144,00 €
Linha Reestruturação I	400,51 €	400,51 €
Linhas Reestruturação II	130 378,98 €	120 570,80 €
Linha Reestruturação III	458 865,76 €	428 879,37 €
Programa Estabilização Emprego	20 608,28 €	20 404,81 €
Linhas Diversas	30 181,21 €	30 181,21 €
Linhas de Crédito PVE	1 766 498,04 €	2 903 139,89 €
	3 331 324,86 €	4 613 944,39 €

- (1) Em 2010, no âmbito do Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER), a Ilhas de Valor, S.A. foi avalista de um contrato de financiamento de manifesto interesse regional concedido à empresa Angrasol – Hotelaria, Turismo e Comércio, S.A. no valor de 5.000.000,00 euros, mediante a prestação de contra-garantia por via da Hipoteca de dois prédios urbanos onde está edificado o Angra Marina Hotel. Entretanto, face à crise pandémica da Covid-19, a sociedade Angrasol, S.A. não cumpriu com o pagamento de 2 prestações bancárias previstas no plano de pagamentos do financiamento. Por conseguinte, a Ilhas de Valor, S.A., na qualidade de garante, pagou em outubro de 2020 o montante de 503.376,98 euros à CEMAH – Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Nas contas da Ilhas de Valor, S.A., este valor

foi considerado na rubrica de “Outros Créditos a Receber”, considerando a expectativa de recuperação da totalidade do valor pago, quer pela devolução da própria empresa Angrasol, S.A., quer pela execução da referida hipoteca. Entretanto, foi aprovado um plano de pagamentos no valor de 10.000,00 euros/mensal, tendo sido amortizado em 2021 o valor de 30.000,00 euros e em 2022 o valor de 90.000,00 euros. Em 2023 a mensalidade aumentou para 15.000 euros, tendo a Angrasol pago 13 prestações no montante total de 195.000 euros.

- (2) No que se refere ao Programa de Valorização do Emprego (PVE), salienta-se que foi cedida, às empresas beneficiárias, a possibilidade de aderirem ao prazo complementar de reembolso de empréstimo, no âmbito da Resolução do Conselho do Governo n.º 75/2020, de 24 de março. Apesar desta prorrogação do prazo, verificou-se que existia um grande nível de incumprimento dos reembolsos estabelecidos. Durante o ano de 2023 verificou-se um trabalho exaustivo por parte da direção em cobrar os valores que eram devidos, resultando este esforço num recebimento de cerca de 400.000 euros no presente ano, na concretização de inúmeros acordos de pagamentos que irão permitir receber nos próximos anos uma quantia ainda superior a 2023. e na identificação e contabilização das imparidades realmente existentes.

13. Estado e Outros Entes Públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Imposto s/ Rendimento das Pessoas Coletivas	4 418,50 €	4 418,50 €
Imposto s/ Valor Acrescentado	6 327,64 €	46 540,95 €
	10 746,14 €	50 959,45 €
Passivo		
Imposto s/ Rendimento das Pessoas Coletivas	197 182,99 €	32 145,14 €
Imposto s/ Rendimento das Pessoas Singulares	176,13 €	6 336,58 €
Imposto s/ Valor Acrescentado	6 192,06 €	
Contribuições p/ Segurança Social	27 863,49 €	32 052,47 €
Outros Impostos		
	231 414,67 €	70 534,19 €
	-203 551,18 €	-30 219,63 €

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	31/12/2023	31/12/2022
Pagamentos por conta	-4 418,00 €	-4 418,50 €
Retenções na Fonte	0,00 €	
Estimativa IRC (nota 30)	197 182,99 €	32 145,14 €
	192 764,99 €	27 726,64 €

As sociedades não têm dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social, os impostos nas demonstrações são liquidados no mês seguinte.

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Ilhas de Valor, S.A. tem registado na rubrica diferimentos - Gastos a reconhecer os montantes pagos antecipadamente por conta de bens ou serviços a receber em períodos subsequentes, como os prémios de seguro.

	31/12/2023	31/12/2022
Diferimentos (Ativo)	5 235,80 €	3 406,00 €
Valores a faturar		
Seguros e outros serviços	5 235,80 €	3 406,00 €
Juros a pagar		
Outros gastos a reconhecer		
Diferimentos (Passivo)	13 034,56 €	0,00 €
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à Exploração a reconhecer	13 034,56 €	
Outros rendimentos a reconhecer		

15. Variações na rubrica de Património Líquido

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Património Líquido da empresa variou da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Capital Subscrito	9 000 000,00 €	9 000 000,00 €
Ações (quotas) Próprias	0,00 €	0,00 €
Outros Instrumentos de Capital Próprio	0,00 €	0,00 €
Prémios de Emissão	0,00 €	0,00 €
Reservas	831 264,45 €	805 000,00 €
Legais	831 264,45 €	805 000,00 €
Outras	0,00 €	0,00 €
Outras	0,00 €	0,00 €
Resultados Transitados	3 384 212,65 €	4 641 903,94 €
Ajustamentos em Ativos Financeiros	-16 744,32 €	-16 744,32 €
Excedentes de Revalorização	0,00 €	0,00 €
Outras Variações no Capital Próprio	1 815 185,14 €	1 847 028,53 €
Resultados	1 477 184,53 €	525 288,94 €
Interesses minoritários	271 146,93 €	289 268,88 €
	16 762 249,38 €	17 091 745,97 €

Desta forma, o património líquido da empresa que era de 17.091.745,97€ em 2022 passa para 16.762.249,38 € em 2023.

16. Capital Subscrito

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social da Ilhas de Valor, S.A., encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1 800 000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	N.º de Ações	Capital Social
Capital	1 800 000	9 000 000,00 €

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

Acionistas	N.º de Ações	Capital Social	% Detida
Região Autónoma dos Açores	910 000	4 550 000,00 €	50,56%
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico	890 000	4 450 000,00 €	49,44%
	1 800 000	9 000 000,00 €	100,00%

17. Reservas Legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 a reserva legal não se encontra totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

18. Ajustamentos / Outras Variações no Património Líquido

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o património líquido da empresa variaram da seguinte forma:

	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras Variações no Património Líquido	Total
A 1 de janeiro de 2022	-16 744,32 €	1 557 087,50 €	1 540 343,18 €
Reconhecimento de subsídio		449 363,27 €	449 363,27 €
Amortização de subsídio		-109 455,84 €	-109 455,84 €
Ajustamento por imposto		-49 966,40 €	-49 966,40 €
Ajustamento capital próprio subsidiária			0,00 €
31 de dezembro de 2022	-16 744,32 €	1 847 028,53 €	1 830 284,21 €
Reconhecimento de subsídio		74 633,94 €	74 633,94 €
Amortização de subsídio		-111 965,00 €	-111 965,00 €
Ajustamento por imposto		5 487,67 €	5 487,67 €
Ajustamento capital próprio subsidiária			0,00 €
31 de dezembro de 2023	-16 744,32 €	1 815 185,14 €	1 798 440,82 €

Os valores registados como Ajustamentos em ativos financeiros resultam essencialmente das movimentações associadas aos subsídios ao investimento no património líquido da subsidiária.

A decomposição do saldo referente a Outras variações no património líquido pelas respetivas naturezas é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Comparticipações comunitárias - Subsídios	2 128 001,34 €	2 165 332,40 €
Ajustamento por imposto (nota 21)	-312 816,20 €	-318 303,87 €
	1 815 185,14 €	1 847 028,53 €

O montante reconhecido nesta rubrica referente ao imposto a pagar no futuro foi registado por contrapartida de Outras dívidas a pagar (Nota 21).

19. Financiamentos Obtidos

A classificação dos empréstimos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
Empréstimos Bancários	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Santander Totta - Flores	232 970,00 €	93 188,03 €	326 158,03 €	93 188,00 €
Santander Totta - Graciosa	309 108,42 €	123 643,37 €	432 751,79 €	123 643,36 €
Santander Totta - Geral	0,00 €	116 054,76 €	114 017,06 €	150 805,00 €
Novo Banco dos Açores (A)	1 350 000,00 €	675 000,00 €	2 025 000,00 €	675 000,00 €
Novo Banco dos Açores (B)	4 002 857,14 €	-	4 002 857,14 €	-
Bankiter	688 866,83 €	697 124,12 €	1 370 186,65 €	670 889,00 €
CEMAH CGIT	2 359 038,46 €	262 500,00 €	2 577 500,00 €	262 500,00 €
BPG CCGIT	525 000,00 €	262 500,00 €	831 538,00 €	218 462,00 €
CCC NBA	-	130 000,00 €	-	130 000,00 €
Outros financiamentos - DRAIC				47 332,01 €
	9 467 840,85 €	2 360 010,28 €	11 680 008,67 €	2 371 819,37 €

Os financiamentos acima indicados, tratam-se de financiamentos a médio e longo prazo, em cumprimento e de acordo com os respetivos planos financeiros. Uma vez que a totalidade dos empréstimos são negociados a condições de mercado (a taxas de juro variáveis), o justo valor dos empréstimos é semelhante ao valor contabilístico dos mesmos.

As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo estão maioritariamente garantidas por aval da Região Autónoma dos Açores.

As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo estão maioritariamente garantidas por aval.

20. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de fornecedores, integralmente correntes, são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores conta corrente	118 079,62 €	161 781,51 €
Fornecedores recepção e conferência	-	-
	118 079,62 €	159 153,38 €

21. Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica de outras dívidas a pagar é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de Investimentos	0,00 €	130 563,36 €
Acréscimo Remunerações a Liquidar	169 092,72 €	197 648,13 €
Acréscimo Juros a Liquidar	234 407,06 €	108 406,43 €
Acréscimos de gastos	2 558,43 €	0,00 €
Remunerações a Liquidar e Sindicato	0,00 €	199,83 €
Linhas de Crédito Bancos	821 672,18 €	772 580,70 €
Ajustamento em Subsídios	312 816,20 €	318 303,87 €
Outras contas a pagar	27 982,15 €	67 644,90 €
	1 568 528,74 €	1 595 347,22 €

Outras contas a pagar no valor de 436.817,75€ e outros credores no montante de 1.158.529,47 €, representam a totalidade contas e credores em corrente.

22. Rédito

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos ocorridos foram como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
	1 302 780,10 €	936 481,56 €
Vendas de Mercadorias	167 571,41 €	85 245,64 €
Prestações de Serviços	1 135 208,69 €	851 235,92 €

Em 2023, verifica-se um aumento considerável nas vendas e prestações de serviços (aumento de 39,1%) , comparativamente ao ano de 2022.

23. Subsídios à exploração

O montante de subsídios à exploração reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
	3 552 464,50 €	2 755 148,93 €
Contrato-programa - Coesão	3 545 366,06 €	2 750 636,73 €
Apoios ao Emprego	7 098,44 €	4 512,20 €

Em 2023, a Ilhas de valor recebeu o montante de 3.620.000 euros no âmbito do contrato-programa assinado com a RAA, destinado à concretização do plano de investimento e de atividade da empresa, com particular relevância no âmbito coesão regional. Deste montante, foi, entretanto, apurado o valor de 74.633,94 euros de investimento em ativos fixos tangíveis, que foi reconhecido na rubrica de Capital Próprio e subsequentemente na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. O restante montante de 3.545.366,06 euros destinou-se à cobertura dos gastos inerentes ao funcionamento da sociedade e que foram incorridos no próprio exercício, pelo que foi contabilizado em subsídios de exploração.

24. Fornecimentos e Serviços Externos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos ocorridos foram como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Subcontratos	15 888,70 €	-
Serviços Especializados	211 842,63 €	308 346,62 €
Materiais	12 348,47 €	32 892,50 €
Energia e Fluídos	148 428,60 €	153 068,13 €
Deslocações, estadas e transportes	12 606,92 €	14 895,18 €
Serviços diversos	57 279,85 €	143 933,63 €
	458 395,17 €	653 136,06 €

Registou-se uma diminuição em fornecimentos e serviços externos durante o ano de 2023, quando comparado com o ano anterior, motivado essencialmente pela renegociação de alguns contratos existentes e pela melhoria na eficiência operacional.

25. Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2023 e 2022, foram como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações dos órgãos sociais	60 433,39 €	96 684,68 €
Remunerações do pessoal	1 156 491,04 €	1 165 745,67 €
Encargos sobre remunerações	274 944,18 €	290 389,48 €
Indemnizações	40 760,87 €	
Seguros	15 151,63 €	19 336,23 €
Outros gastos com pessoal	638,40 €	5 504,42 €
	1 548 419,51 €	1 577 660,48 €

A rubrica de gastos com pessoal, apesar do aumento do salário mínimo e do pagamento de indemnizações, sofreu uma ligeira redução em 2023. É a expectativa da entidade que em 2024 essa redução seja mais considerável, concretizando a política de reestruturação de gastos aplicada no corrente ano.

26. Outros Rendimentos e Ganhos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos ocorridos foram como segue:



	31/12/2023	31/12/2022
Subsídios Investimento		
PO 2020 - Incubadora Empresas St. Maria	41 424,28 €	41 424,28 €
Contrato-programa Coesão 2020	16 003,14 €	16 003,14 €
Contrato-programa Coesão 2021	20 086,07 €	20 086,07 €
Contrato-programa Coesão 2022	31 942,35 €	31 942,35 €
Contrato-programa Coesão 2023	2 509,16 €	
Outros rendimentos e ganhos	74 910,18 €	46 743,71 €
	186 875,18 €	156 199,55 €

Dos 186.875,18 euros contabilizados em outros proveitos, 111.965,00 euros dizem respeito à imputação de Subsídio ao investimento, nomeadamente na Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria (PO2020) no valor de 41.424,28 euros; e nos investimentos em ativos fixos tangíveis no âmbito dos Contratos-programa “Coesão” de 2020, de 2021, 2022 e de 2023 no valor de 70.540,72 euros. Restantes proveitos resultam de proveitos residuais e correções em inventários.

27. Outros Gastos e Perdas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos ocorridos foram como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos	75 600,38 €	33 641,74 €
Taxas	4 901,01 €	2,76 €
Doações	-	-
Outros gastos e perdas	67 646,35 €	36 376,03 €
	148 147,74 €	70 020,53 €

A verba de 72.694,65 euros inclui é essencialmente referente a IMI, verificando-se um aumento significativo do mesmo devido à aquisição do campo de golfe da ilha Terceira.

A verba de 67.646,35 € reflete o Imposto Selo em operações bancárias, ajustamentos realizados em inventários e as quotizações pagas a entidades externas.

28. Gastos e Rendimentos Financeiros

O detalhe dos gastos financeiros incorridos e rendimentos financeiros obtidos é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Juros e rendimentos similares obtidos	881,57 €	0,00 €
Juros obtidos		
Outros rendimentos similares	881,57 €	
Juros e rendimentos similares suportados	542 516,20 €	250 188,26 €
Juros suportados	501 306,06 €	218 214,31 €
Outros gastos e perdas de financiamento	41 210,14 €	31 973,95 €
Resultados financeiros	-541 634,63 €	-250 188,26 €

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não se registaram proveitos ou rendimentos financeiros significativos.

Os gastos financeiros incluem os juros bancários suportados sobre empréstimos de médio e longo prazo, contraídos pela empresa para o financiamento das suas atividades. Os Outros gastos e perdas financeiras incluem essencialmente comissões associadas aos financiamentos obtidos. O aumento destes gastos está diretamente relacionado com a aquisição do campo de golfe da ilha Terceira e dos financiamentos assumidos no momento da transição.

29. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2023 atingiam um valor de 2.163.454,33 euros (em 2022 – 2.779.758,80 euros), sendo que a esta data não existia nenhum financiamento em incumprimento.

30. Imposto sobre o Rendimento do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto s/ rendimento corrente	197 182,99 €	32 145,14 €
Imposto s/ rendimento diferido	62 920,12 €	72 065,35 €
	260 103,11 €	104 210,49 €

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes de Imposto	1 766 630,64 €	629 499,43 €
Diferenças temporárias		
Diferenças permanentes	-139 226,73 €	-70 844,14 €
MEP	-28 194,72 €	-32 084,70 €
Outros	-111 032,01 €	-38 759,44 €
Lucro Tributável / Prejuízo Fiscal	1 905 857,37 €	700 343,57 €
Taxa nominal de imposto	14,70%	14,70%
Imposto	280 161,03 €	102 950,50 €
Pagamentos por Conta	29 343,00 €	
Derrama Municipal		
Derrama Estadual	8 523,00 €	
Tributação Autónoma	762,08 €	1 259,99 €
Imposto diferido	62 920,12 €	72 065,35 €
Imposto s/ Rendimento	289 446,11 €	104 210,49 €
Taxa efetiva de imposto	16,38%	16,55%

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de imposto	14,70%	14,70%
Derrama	0,0%	1,00%
Derrama Estadual		
1.500.000 < LT ≤ 7.500.000	2,10%	2,40%
7.500.000 < LT ≤ 35.000.000	3,50%	4,00%
LT > 35.000.000	6,30%	7,20%

31. Disposições Legais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas no exercício de 2023 da empresa-mãe cifrou-se em 5.568 Euros. O mesmo não prestou outros serviços distintos de auditoria.

Em 2023, as contas consolidadas do grupo “Ilhas de Valor, S.A. “, dizem respeito às empresas Ilhas de Valor, S.A e “Pousada da Juventude Caldeira de Santo Cristo, Lda.”

32. Eventos subsequentes

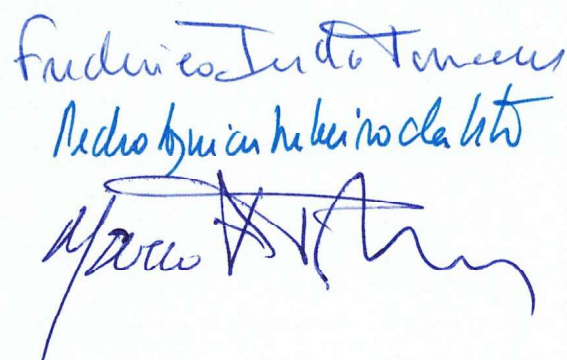
RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2023

À data de emissão destas demonstrações financeiras, não tinham ocorrido outros eventos após a data de 31 de dezembro de 2023 que pudessem modificar as demonstrações financeiras à data de emissão das mesmas ou motivar a inclusão de divulgações adicionais, para além das que foram incluídas nas notas anexas às presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 94183



A Administração





15.6. Mapas Orçamentais Consolidados

No que respeita às regras e métodos observados na consolidação, incluindo a identificação dos procedimentos de homogeneização e agregação dos dados e de eliminação das operações intraperímetro, as regras adotadas são as seguintes:

Plano de contas central

O Plano de contas financeiro para as entidades do perímetro é o que consta do Plano de contas multidimensional (PCM), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprova o SNC-AP.

O Plano de contas orçamental para as entidades do perímetro é o que consta na NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do SNC-AP.

O plano de contas central é o denominador comum entre ambos os planos e foi definido pela UNILEO em anexo, com base no (PCM).

A correspondência entre a classificação económica (DL n.º 26/2002, de 14 de fevereiro) e as rubricas das demonstrações orçamentais do SNC-AP foi efetuado conforme disponibilizado pela UNILEO e seguem em anexo.

Hierarquias de consolidação

A Ilhas de Valor, S.A. (IV) é responsável pela consolidação das contas do Grupo Público ILHAS DE VALOR, estando incluída nesta a sociedade Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda. (PJCSC).

Nível dos classificadores orçamentais a que será executada a consolidação

O nível dos classificadores orçamentais aplicado foi o das rubricas das demonstrações orçamentais do SNC-AP.



Procedimentos de homogeneização e agregação dos dados

A preparação das demonstrações orçamentais consolidadas realizou-se pela agregação das diferentes rubricas de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos, segundo a natureza das operações, constantes das demonstrações orçamentais anuais individuais.

Procedimentos de eliminação das operações internas

Durante o exercício de 2023 existiram operações financeiras entre as entidades do grupo, nomeadamente o reforço de empréstimos, detalhadas no processo de homogeneização e agregação dos dados, operações estas que foram eliminadas no processo de consolidação.

Método de consolidação financeira

O método de consolidação adotado foi o método de simples agregação, que consiste na soma, linha por linha, das demonstrações financeiras das entidades pertencentes ao grupo público, na proporção da sua participação.

Método de consolidação orçamental

O método de consolidação adotado foi o método da consolidação simples, traduzindo-se na soma algébrica de rubricas equivalentes de liquidações e obrigações do ano corrente, bem como dos recebimentos e pagamentos da gerência, constantes nas demonstrações orçamentais individuais das entidades pertencentes ao grupo público, na proporção da sua participação.

15.6.1. Operações Internas e Fora do Perímetro - Recebimentos e pagamentos

RUBRICA RECEBIMENTOS		Receita Cobrada Líquida				RECEBIMENTOS				Total do Grupo	
		2023		2022		Operações Internas		Operações fora do perímetro		2023	2022
		Ilhas de Valor	PJCSC	Ilhas de Valor	PJCSC	2023	2022	2023	2022		
	Saldo de gerência anterior										
	Operações orçamentais [1]			595 777,22 €	1 009,79 €					0,00 €	596 787,01 €
	Restituição de saldos de operações orçamentais									0,00 €	0,00 €
	Operações de tesouraria [A]			6 244,84 €						0,00 €	6 244,84 €
	Receita corrente	1 527 837,99 €	3 221,42 €	1 225 045,51 €	12 134,22 €	0,00 €	-11 700,00 €	-1 260,56 €	-169,91 €	1 529 798,85 €	1 225 309,82 €
R1	Receita fiscal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R1.1	Impostos diretos									0,00 €	0,00 €
R1.2	Impostos indiretos									0,00 €	0,00 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde									0,00 €	0,00 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	9 513,07 €								9 513,07 €	0,00 €
R4	Rendimentos de propriedade	38 502,60 €								38 502,60 €	0,00 €
R5	Transferências Correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 700,00 €	0,00 €	-11 700,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 700,00 €	0,00 €	-11 700,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado				11 700,00 €		-11 700,00 €			0,00 €	0,00 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades									0,00 €	0,00 €
R5.1.1.3	Segurança Social									0,00 €	0,00 €
R5.1.1.4	Administração Regional									0,00 €	0,00 €
R5.1.1.5	Administração Local									0,00 €	0,00 €
R5.1.2	Exterior - UE									0,00 €	0,00 €
R5.1.3	Outras			11 700,00 €						0,00 €	0,00 €
R5.2	Subsídios correntes					-11 700,00 €				0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	1 479 822,32 €		1 114 704,08 €						1 479 822,32 €	1 114 704,08 €
R7	Outras receitas correntes		3 221,42 €	110 341,43 €	434,22 €			-1 260,56 €	-169,91 €	1 960,86 €	110 605,74 €
	Receita de Capital	4 220 758,62 €	51 732,01 €	3 556 042,81 €	47 500,00 €	-51 732,01 €	-47 500,00 €	0,00 €	0,00 €	4 220 758,62 €	3 556 042,81 €
R8	Venda de bens de investimento									0,00 €	0,00 €
R9	Transferências de Capital	3 620 000,00 €	51 732,01 €	3 200 000,00 €	47 500,00 €	-51 732,01 €	-47 500,00 €	0,00 €	0,00 €	3 620 000,00 €	3 200 000,00 €
R9.1	Administrações Públicas	3 620 000,00 €	51 732,01 €	3 200 000,00 €	47 500,00 €	-51 732,01 €	-47 500,00 €	0,00 €	0,00 €	3 620 000,00 €	3 200 000,00 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado									0,00 €	0,00 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades									0,00 €	0,00 €
R9.1.1.3	Segurança Social									0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4	Administração Regional	3 620 000,00 €		3 200 000,00 €						3 620 000,00 €	3 200 000,00 €
R9.1.1.5	Administração Local									0,00 €	0,00 €
R9.1.2	Exterior - UE									0,00 €	0,00 €
R9.1.3	Outras		51 732,01 €		47 500,00 €	-51 732,01 €	-47 500,00 €			0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	600 758,62 €		356 042,81 €						600 758,62 €	356 042,81 €
	Outro									0,00 €	0,00 €
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos									0,00 €	0,00 €
	Receita efetiva [2]	5 748 596,61 €	54 953,43 €	4 781 088,32 €	59 634,22 €	-51 732,01 €	-59 200,00 €	-1 260,56 €	-169,91 €	5 750 557,47 €	4 781 352,63 €
	Receita não efetiva [3]	121 184,08 €	0,00 €	4 452 826,47 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	121 184,08 €	4 452 826,47 €
R12	Ativos financeiros									0,00 €	0,00 €
R13	Passivos financeiros	121 184,08 €		4 452 826,47 €						121 184,08 €	4 452 826,47 €
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	5 869 780,69 €	54 953,43 €	9 829 692,01 €	60 644,01 €	-51 732,01 €	-59 200,00 €	-1 260,56 €	-169,91 €	5 871 741,55 €	9 830 966,11 €
	Recebimentos de operações de tesouraria [8]			94 057,60 €						0,00 €	94 057,60 €

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2023

[Handwritten signature]

		Despesa Paga Líquida				PAGAMENTOS				Total do Grupo	
		2023		2022		Operações Internas		Operações fora do perímetro		2023	2022
RUBRICA	PAGAMENTOS	Ilhas de Valor	PIJSC	Ilhas de Valor	PIJSC	2023	2022	2023	2022		
D1	Despesa corrente	3 232 607,94 €	7 906,00 €	2 738 958,30 €	12 139,70 €	0,00 €	-11 700,00 €	-3 093,65 €	-4 750,31 €	3 237 420,29 €	2 734 647,69 €
D1.1	Despesas com o pessoal	1 586 134,71 €	0,00 €	1 574 849,73 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 586 134,71 €	1 574 849,73 €
D1.2	Remunerações Certas e Permanentes	1 200 619,95 €		1 217 570,47 €						1 200 619,95 €	1 217 570,47 €
D1.3	Abonos Variáveis ou Eventuais	77 525,66 €		54 379,32 €						77 525,66 €	54 379,32 €
D2	Segurança social	307 989,10 €		302 899,94 €						307 989,10 €	302 899,94 €
D2	Aquisição de bens e serviços	1 026 726,38 €	4 660,52 €	854 516,98 €	9 274,25 €			-1 823,68 €	-3 629,05 €	1 029 563,22 €	860 162,18 €
D3	Juros e outros encargos	432 701,19 €	233,50 €	209 496,85 €				-91,37 €		432 843,32 €	209 496,85 €
D4	Transferências correntes	187 045,66 €	0,00 €	11 700,00 €	0,00 €	0,00 €	-11 700,00 €	0,00 €	0,00 €	187 045,66 €	0,00 €
D4.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	11 700,00 €	0,00 €	0,00 €	-11 700,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado									0,00 €	0,00 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades									0,00 €	0,00 €
D4.1.1.3	Segurança Social									0,00 €	0,00 €
D4.1.1.4	Administração Regional									0,00 €	0,00 €
D4.1.1.5	Administração Local									0,00 €	0,00 €
D4.1.2	Instituições sem fins lucrativos									0,00 €	0,00 €
D4.1.3	Famílias									0,00 €	0,00 €
D4.1.4	Outras			11 700,00 €						0,00 €	0,00 €
D4.2	Subsídios correntes	187 045,66 €				-11 700,00 €				0,00 €	0,00 €
D5	Outras despesas correntes		3 011,98 €	88 394,74 €	2 865,45 €			-1 178,60 €	-1 121,26 €	1 833,38 €	90 138,93 €
D6	Despesa de Capital	310 470,30 €	0,00 €	5 129 321,14 €	0,00 €	-51 732,01 €	-47 500,00 €	0,00 €	0,00 €	258 738,29 €	5 081 821,14 €
D7	Aquisição de bens de capital	258 738,29 €		5 081 821,14 €						258 738,29 €	5 081 821,14 €
D7.1.1.1	Investimento	51 732,01 €	0,00 €	47 500,00 €	0,00 €	-51 732,01 €	-47 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português									0,00 €	0,00 €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades									0,00 €	0,00 €
D7.1.1.3	Segurança social									0,00 €	0,00 €
D7.1.1.4	Administração regional									0,00 €	0,00 €
D7.1.1.5	Administração local									0,00 €	0,00 €
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo									0,00 €	0,00 €
D7.1.3	Famílias									0,00 €	0,00 €
D7.1.4	Outras	51 732,01 €		47 500,00 €		-51 732,01 €	-47 500,00 €			0,00 €	0,00 €
D8	Outras despesas de capital									0,00 €	0,00 €
	Despesa efetiva [5]	3 543 078,24 €	7 906,00 €	7 868 279,44 €	12 139,70 €	-51 732,01 €	-59 200,00 €	-3 093,65 €	-4 750,31 €	3 496 158,58 €	7 816 468,83 €
	Despesa não efetiva [6]	2 282 644,90 €	47 332,01 €	1 904 596,17 €	47 332,01 €	0,00 €	0,00 €	-18 521,22 €	-18 521,22 €	2 311 455,69 €	1 933 406,96 €
D9	Despesa com ativos financeiros									0,00 €	0,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	2 282 644,90 €	47 332,01 €	1 904 596,17 €	47 332,01 €			-18 521,22 €	-18 521,22 €	2 311 455,69 €	1 933 406,96 €
	Soma [7]-[5]-[6]	5 825 723,14 €	55 238,01 €	9 772 875,61 €	59 471,71 €	-51 732,01 €	-59 200,00 €	-21 614,87 €	-23 271,53 €	5 807 614,27 €	9 749 875,79 €
	Pagamentos de operações de tesouraria [C]			96 047,22 €						0,00 €	96 047,22 €
Saldos para gerência seguinte											
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	100 873,95 €	887,72 €	56 816,40 €	1 172,30 €	0,00 €	0,00 €	20 354,32 €	23 101,62 €	122 115,99 €	81 090,32 €
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	4 255,22 €	0,00 €	4 255,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 255,22 €	4 255,22 €
	Operações entidades fora do perímetro									-20 354,32 €	-23 101,62 €
	Saldo global [2]-[5]	2 205 518,37 €	47 047,43 €	-3 087 191,12 €	47 494,52 €	0,00 €	0,00 €	1 833,10 €	4 580,40 €	2 254 398,90 €	-3 035 116,20 €
	Despesa primária	3 110 377,05 €	7 672,50 €	7 658 782,59 €	12 139,70 €	-51 732,01 €	-59 200,00 €	-3 002,28 €	-4 750,31 €	3 063 315,26 €	7 606 971,98 €
	Saldo corrente	-1 704 769,95 €	-4 684,58 €	-1 513 912,79 €	-5,48 €	0,00 €	0,00 €	1 833,10 €	4 580,40 €	-1 707 621,43 €	-1 509 337,87 €
	Saldo de capital	3 910 288,32 €	51 732,01 €	-1 573 278,33 €	47 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 962 020,33 €	-1 525 778,33 €
	Saldo primário	2 638 219,56 €	47 280,93 €	-2 877 694,27 €	47 494,52 €	0,00 €	0,00 €	1 741,73 €	4 580,40 €	2 687 242,22 €	-2 825 619,35 €
	Receta total [1]+[2]+[3]	5 926 597,09 €	56 125,73 €	9 829 692,01 €	60 644,01 €	-51 732,01 €	-59 200,00 €	-1 260,56 €	-169,91 €	5 929 730,25 €	9 830 966,11 €
	Despesa total [5]+[6]	5 825 723,14 €	55 238,01 €	9 772 875,61 €	59 471,71 €	-51 732,01 €	-59 200,00 €	-21 614,87 €	-23 271,53 €	5 807 614,27 €	9 749 875,79 €

OPERAÇÕES INTERNAS - RECEBIMENTOS | PAGAMENTOS

		Recebimentos		Pagamentos		Saldo para a gerência seguinte (reconciliação com entidades fora do perímetro)	
Descrição	Valor	Entidade	Rubrica	Entidade	Rubrica	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]
[2023] Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	51 732,01 €	PIJSC	R9.1.3	IV	D7.1.4	122 115,99 €	4 255,22 €
[2022] Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	11 700,00 €	PIJSC	R9.1.3	IV	D7.1.4	4 255,22 €	4 255,22 €
[2022] Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	47 500,00 €	PIJSC	R9.1.3	IV	D7.1.4	Operações entidades fora do perímetro	-20 354,32 €
						Saldo para a gerência seguinte (DO Individuais)	-23 101,62 €
							106 016,89 €
							62 243,92 €

OPERAÇÕES FORA DO PERÍMETRO - RECEBIMENTOS | PAGAMENTOS

		Recebimentos		Pagamentos	
Descrição	Valor	Entidade	% não detida	Entidade	Rubrica
[2023] Interesse minoritário (participação não detida pelo grupo)	-	PIJSC	39,13%	PIJSC	39,13%
[2022] Interesse minoritário (participação não detida pelo grupo)	-	PIJSC	39,13%	PIJSC	39,13%

IV - Ilhas de Valor, S.A.

PIJSC - Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

15.6.2. Operações Internas e Fora do Perímetro – Liquidações e obrigações

		Receita líquida - Ano corrente				LIQUIDAÇÕES				Total do Grupo	
		2023		2022		Operações Internas		Operações fora do perímetro			
RUBRICA	RECEBIMENTOS	Ilhas de Valor	PIJSC	Ilhas de Valor	PIJSC	2023	2022	2023	2022	2023	2022
	Receita corrente	1 527 837,99 €	399,42 €	1 232 448,66 €	12 134,22 €	0,00 €	-11 700,00 €	-156,29 €	-169,91 €	1 528 081,12 €	1 232 712,97 €
R1	Receita fiscal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
R1.1	Impostos diretos									0,00 €	0,00 €
R1.2	Impostos indiretos									0,00 €	0,00 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde									0,00 €	0,00 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	9 513,07 €								9 513,07 €	0,00 €
R4	Rendimentos de propriedade	38 502,60 €								38 502,60 €	0,00 €
R5	Transferências Correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 700,00 €	0,00 €	-11 700,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 700,00 €	0,00 €	-11 700,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado									0,00 €	0,00 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades									0,00 €	0,00 €
R5.1.1.3	Segurança Social									0,00 €	0,00 €
R5.1.1.4	Administração Regional									0,00 €	0,00 €
R5.1.1.5	Administração Local									0,00 €	0,00 €
R5.1.2	Exterior - UE									0,00 €	0,00 €
R5.1.3	Outras			11 700,00 €			-11 700,00 €			0,00 €	0,00 €
R5.2	Subsídios correntes									0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	1 479 822,32 €		1 120 382,57 €						1 479 822,32 €	1 120 382,57 €
R7	Outras receitas correntes		399,42 €	112 066,09 €	434,22 €			-156,29 €	-169,91 €	243,13 €	112 330,40 €
	Receita de Capital	4 220 758,62 €	51 732,01 €	3 612 367,34 €	47 500,00 €	-51 732,01 €	-47 500,00 €	0,00 €	0,00 €	4 220 758,62 €	3 612 367,34 €
R8	Venda de bens de investimento									0,00 €	0,00 €
R9	Transferências de Capital	3 620 000,00 €	51 732,01 €	3 200 000,00 €	47 500,00 €	-51 732,01 €	-47 500,00 €	0,00 €	0,00 €	3 620 000,00 €	3 200 000,00 €
R9.1	Administrações Públicas	3 620 000,00 €	51 732,01 €	3 200 000,00 €	47 500,00 €	-51 732,01 €	-47 500,00 €	0,00 €	0,00 €	3 620 000,00 €	3 200 000,00 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado									0,00 €	0,00 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades									0,00 €	0,00 €
R9.1.1.3	Segurança Social									0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4	Administração Regional									0,00 €	0,00 €
R9.1.1.5	Administração Local									0,00 €	0,00 €
R9.1.2	Exterior - UE									0,00 €	0,00 €
R9.1.3	Outras	3 620 000,00 €	51 732,01 €	3 200 000,00 €	47 500,00 €	-51 732,01 €	-47 500,00 €			3 620 000,00 €	3 200 000,00 €
R10	Outras receitas de capital	600 758,62 €		412 367,34 €						600 758,62 €	412 367,34 €
	Outro									0,00 €	0,00 €
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos									0,00 €	0,00 €
	Receita efetiva [2]	5 748 596,61 €	52 131,43 €	4 844 816,00 €	59 634,22 €	-51 732,01 €	-59 200,00 €	-156,29 €	-169,91 €	5 748 839,74 €	4 845 080,31 €
	Receita não efetiva [3]	121 184,08 €	0,00 €	4 452 826,47 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	121 184,08 €	4 452 826,47 €
R12	Ativos financeiros									0,00 €	0,00 €
R13	Passivos financeiros	121 184,08 €		4 452 826,47 €						121 184,08 €	4 452 826,47 €
	Receita Total [4]=[1]+[2]+[3]	5 869 780,69 €	52 131,43 €	9 297 642,47 €	59 634,22 €	-51 732,01 €	-59 200,00 €	-156,29 €	-169,91 €	5 870 023,82 €	9 297 906,78 €

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2023

Handwritten signature and initials:
mk
ul

RUBRICA PAGAMENTOS		Obrigações líquidas - Ano corrente				OBRIGAÇÕES				Total do Grupo	
		2023		2022		Operações Internas		Operações fora do perímetro		2023	2022
		Ilhas de Valor	PJCSC	Ilhas de Valor	PJCSC	2023	2022	2023	2022		
D1	Despesa corrente	3 491 346,23 €	7 906,00 €	2 937 811,46 €	14 767,83 €	0,00 €	-11 700,00 €	-3 093,65 €	-5 778,72 €	3 496 158,58 €	2 935 100,57 €
D1.1	Despesas com o pessoal	1 586 134,71 €	0,00 €	1 605 869,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 586 134,71 €	1 605 869,52 €
D1.1.1	Remunerações Certas e Permanentes	1 200 619,95 €		1 226 437,34 €						1 200 619,95 €	1 226 437,34 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	77 525,66 €		55 406,38 €						77 525,66 €	55 406,38 €
D1.3	Segurança social	307 989,10 €		324 025,80 €						307 989,10 €	324 025,80 €
D2	Aquisição de bens e serviços	1 026 726,38 €	4 660,52 €	1 020 097,84 €	11 902,38 €			-1 823,68 €	-4 657,45 €	1 029 563,22 €	1 027 342,77 €
D3	Juros e outros encargos	432 701,19 €	233,50 €	209 496,85 €				-91,37 €		432 843,32 €	209 496,85 €
D4	Transferências correntes	187 045,66 €	0,00 €	11 700,00 €	0,00 €	0,00 €	-11 700,00 €	0,00 €	0,00 €	187 045,66 €	0,00 €
D4.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	11 700,00 €	0,00 €	0,00 €	-11 700,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado									0,00 €	0,00 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades									0,00 €	0,00 €
D4.1.1.3	Segurança Social									0,00 €	0,00 €
D4.1.1.4	Administração Regional									0,00 €	0,00 €
D4.1.1.5	Administração Local									0,00 €	0,00 €
D4.1.2	Instituições sem fins lucrativos									0,00 €	0,00 €
D4.1.3	Famílias									0,00 €	0,00 €
D4.1.4	Outras			11 700,00 €		-11 700,00 €				0,00 €	0,00 €
D4.2	Subsídios correntes	187 045,66 €								187 045,66 €	0,00 €
D5	Outras despesas correntes	258 738,29 €	3 011,98 €	90 647,25 €	2 865,45 €			-1 178,60 €	-1 121,26 €	260 571,67 €	92 391,44 €
D6	Despesa de Capital	51 732,01 €	0,00 €	5 326 929,51 €	0,00 €	0,00 €	-47 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 279 429,51 €
D7	Aquisição de bens de capital			5 279 429,51 €						0,00 €	5 279 429,51 €
D7.1	Investimento	51 732,01 €		47 500,00 €		-47 500,00 €				0,00 €	0,00 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português									0,00 €	0,00 €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades									0,00 €	0,00 €
D7.1.1.3	Segurança social									0,00 €	0,00 €
D7.1.1.4	Administração regional									0,00 €	0,00 €
D7.1.1.5	Administração local									0,00 €	0,00 €
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo									0,00 €	0,00 €
D7.1.3	Famílias									0,00 €	0,00 €
D7.1.4	Outras	51 732,01 €		47 500,00 €		-51 732,01 €	-47 500,00 €			0,00 €	0,00 €
D8	Outras despesas de capital	0,00 €								0,00 €	0,00 €
D9	Despesa efetiva [5]	3 543 078,24 €	7 906,00 €	8 264 740,97 €	14 767,83 €	0,00 €	-59 200,00 €	-3 093,65 €	-5 778,72 €	3 547 890,59 €	8 214 530,08 €
D10	Despesa não efetiva [6]	2 282 644,90 €	47 332,01 €	1 904 596,17 €	47 332,01 €	0,00 €	0,00 €	-18 521,22 €	-18 521,22 €	2 311 455,69 €	1 933 406,96 €
D10.1	Despesa com ativos financeiros									0,00 €	0,00 €
D10.2	Despesa com passivos financeiros	2 282 644,90 €	47 332,01 €	1 904 596,17 €	47 332,01 €			-18 521,22 €	-18 521,22 €	2 311 455,69 €	1 933 406,96 €
D10.3	Despesa Total [7]=[5]+[6]	5 825 723,14 €	55 238,01 €	10 169 337,14 €	62 099,84 €	0,00 €	-59 200,00 €	-21 614,87 €	-24 299,94 €	5 859 346,28 €	10 147 937,04 €

OPERAÇÕES INTERNAS - LIQUIDAÇÕES | COBRANÇAS

						Total liquidações líquidas (reconciliação com entidades fora do perímetro)	
Descrição	Valor	Recebimentos		Pagamentos		Receita Total [4]=[1]+[2]+[3] (consolidada)	Despesa Total [7]=[5]+[6] (consolidada)
		Entidade	Rubrica	Entidade	Rubrica		
[2023] Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	51 732,01 €	PJCSC	R9.1.3	IV	D7.1.4	5 870 023,82 €	9 297 906,78 €
[2022] Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	11 700,00 €	PJCSC	R9.1.3	IV	D7.1.4	156,29 €	169,91 €
[2022] Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	47 500,00 €	PJCSC	R9.1.3	IV	D7.1.4	0,00 €	59 200,00 €
						Receita Total [4]=[1]+[2]+[3] (IV + PJCSC)	5 870 180,11 € 9 357 276,69 €

OPERAÇÕES FORA DO PERÍMETRO - LIQUIDAÇÕES | COBRANÇAS

						Total obrigações líquidas (reconciliação com entidades fora do perímetro)	
Descrição	Valor	Recebimentos		Pagamentos		Despesa Total [7]=[5]+[6] (consolidada)	Operações entidades fora do perímetro
		Entidade	% não detida	Entidade	Rubrica		
[2023] Interesse minoritário (participação não detida pelo grupo)	-	PJCSC	39,13%	PJCSC	39,13%	21 614,87 €	24 299,94 €
[2022] Interesse minoritário (participação não detida pelo grupo)	-	PJCSC	39,13%	PJCSC	39,13%	0,00 €	59 200,00 €
						Despesa Total [7]=[5]+[6] (IV + PJCSC)	5 880 961,15 € 10 231 436,98 €

IV - Ilhas de Valor, S.A.
PJCSC - Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2023

15.6.3. Diferenças de Consolidação

O método adotado foi o da consolidação proporcional, uma vez que a Pousada tem outros participantes no capital, além da Ilhas de Valor, sendo estes considerados fora do perímetro.

Para tal, após a eliminação das operações Intra grupo (transferência entre Ilhas Valor/PJCSC) foram corrigidos os valores despesa/receita e liquidações/obrigações por forma a evidenciar o resultado ajustado à participação da Ilhas de Valor, tal como refere a FAQ 35 do SNC-AP.

OPERAÇÕES INTERNAS - RECEBIMENTOS PAGAMENTOS						Saldo para a gerência seguinte (reconciliação com entidades fora do perímetro)		
Descrição	Valor	Recebimentos		Pagamentos		Operações orçamentais [8]=[4]-[7]		
		Entidade	Rubrica	Entidade	Rubrica	Operações de tesouraria [9]=[4]+[8]-[6]		
[2023] Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	51 732,01 €	PJCSC	R9.1.3	IV	D7.1.4	Operações entidades fora do perímetro	-20 354,32 €	-23 101,62 €
[2022] Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	11 700,00 €	PJCSC	R9.1.3	IV	D7.1.4	Saldo para a gerência seguinte (D0 Individuais)	106 016,89 €	61 243,92 €
[2022] Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	47 500,00 €	PJCSC	R9.1.3	IV	D7.1.4			

OPERAÇÕES FORA DO PERÍMETRO - RECEBIMENTOS PAGAMENTOS					
Descrição	Valor	Recebimentos		Pagamentos	
		Entidade	% não detida	Entidade	Rubrica
[2023] Interesse minoritário (participação não detida pelo grupo)	-	PJCSC	39,13%	PJCSC	39,13%
[2022] Interesse minoritário (participação não detida pelo grupo)	-	PJCSC	39,13%	PJCSC	39,13%

IV - Ilhas de Valor, S.A.

PJCSC - Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

OPERAÇÕES INTERNAS - LIQUIDAÇÕES COBRANÇAS						Total liquidações líquidas (reconciliação com entidades fora do perímetro)		
Descrição	Valor	Recebimentos		Pagamentos		Receita Total [4]-[1]+[2]-[3] (consolidada)		
		Entidade	Rubrica	Entidade	Rubrica	Operações entidades fora do perímetro		
[2023] Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	51 732,01 €	PJCSC	R9.1.3	IV	D7.1.4	Operações internas	0,00 €	59 200,00 €
[2022] Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	11 700,00 €	PJCSC	R9.1.3	IV	D7.1.4	Receita Total [4]-[1]+[2]-[3] (IV + PJCSC)	5 870 180,11 €	9 357 276,69 €
[2022] Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	47 500,00 €	PJCSC	R9.1.3	IV	D7.1.4			

OPERAÇÕES FORA DO PERÍMETRO - LIQUIDAÇÕES COBRANÇAS						Total obrigações líquidas (reconciliação com entidades fora do perímetro)		
Descrição	Valor	Recebimentos		Pagamentos		Despesa Total [7]=[5]+[6] (consolidada)		
		Entidade	% não detida	Entidade	Rubrica	Operações entidades fora do perímetro		
[2023] Interesse minoritário (participação não detida pelo grupo)	-	PJCSC	39,13%	PJCSC	39,13%	Operações internas	0,00 €	59 200,00 €
[2022] Interesse minoritário (participação não detida pelo grupo)	-	PJCSC	39,13%	PJCSC	39,13%	Despesa Total [7]=[5]+[6] (IV + PJCSC)	5 880 961,15 €	10 231 436,98 €

IV - Ilhas de Valor, S.A.

PJCSC - Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

Handwritten signature: *[Signature]*

8

8

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2023

15.6.5. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Grupo Público - Ilhas de Valor
Gerência de 01-01-2023 a 31-12-2023

RUBRICA RECEBIMENTOS			RUBRICA PAGAMENTOS		
	2023	2022		2023	2022
Receita corrente	1 528 081,12 €	1 232 712,97 €	Despesa corrente	3 496 158,58 €	2 935 100,57 €
R1 Receita fiscal	0,00 €	0,00 €	D1 Despesas com o pessoal	1 586 134,71 €	1 605 869,52 €
R1.1 Impostos diretos	0,00 €	0,00 €	D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	1 200 619,95 €	1 226 437,34 €
R1.2 Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	77 525,66 €	55 406,38 €
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €	D1.3 Segurança social	307 989,10 €	324 025,80 €
R3 Taxas, multas e outras penalidades	9 513,07 €	0,00 €	D2 Aquisição de bens e serviços	1 029 563,22 €	1 027 342,77 €
R4 Rendimentos de propriedade	38 502,60 €	0,00 €	D3 Juros e outros encargos	432 843,32 €	209 496,85 €
R5 Transferências Correntes	0,00 €	0,00 €	D4 Transferências correntes	187 045,66 €	0,00 €
R5.1 Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	D4.1 Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.1 Administração Central - Estado	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.1 Administração Central - Estado	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.3 Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.4 Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.5 Administração Local	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.5 Administração Local	0,00 €	0,00 €
R5.1.2 Exterior - UE	0,00 €	0,00 €	D4.1.2 Instituições sem fins lucrativos	0,00 €	0,00 €
R5.1.3 Outras	0,00 €	0,00 €	D4.1.3 Famílias	0,00 €	0,00 €
R5.2 Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	D4.1.4 Outras	0,00 €	0,00 €
R6 Venda de bens e serviços	1 479 822,32 €	1 120 382,57 €	D4.2 Subsídios correntes	187 045,66 €	0,00 €
R7 Outras receitas correntes	243,13 €	112 330,40 €	D5 Outras despesas correntes	260 571,67 €	92 391,44 €
Receita de Capital	4 220 758,62 €	3 612 367,34 €	Despesa de Capital	0,00 €	5 279 429,51 €
R8 Venda de bens de investimento	0,00 €	0,00 €	D6 Aquisição de bens de capital	0,00 €	5 279 429,51 €
R9 Transferências de Capital	3 620 000,00 €	3 200 000,00 €	D7 Investimento	0,00 €	0,00 €
R9.1 Administrações Públicas	3 620 000,00 €	3 200 000,00 €	D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.1 Administração Central - Estado	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.3 Segurança social	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.4 Administração regional	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.5 Administração local	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.5 Administração Local	0,00 €	0,00 €	D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00 €	0,00 €
R9.1.2 Exterior - UE	0,00 €	0,00 €	D7.1.3 Famílias	0,00 €	0,00 €
R9.1.3 Outras	3 620 000,00 €	3 200 000,00 €	D7.1.4 Outras	0,00 €	0,00 €
R10 Outras receitas de capital	600 758,62 €	412 367,34 €	D8 Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €
Outro	0,00 €	0,00 €			
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00 €	0,00 €			
Receita efetiva [2]	5 748 839,74 €	4 845 080,31 €	Despesa efetiva [5]	3 547 890,59 €	8 214 530,08 €
Receita não efetiva [3]	121 184,08 €	4 452 826,47 €	Despesa não efetiva [6]	2 311 455,69 €	1 933 406,96 €
R12 Ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	D9 Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
R13 Passivos financeiros	121 184,08 €	4 452 826,47 €	D10 Despesa com passivos financeiros	2 311 455,69 €	1 933 406,96 €
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	5 870 023,82 €	9 297 906,78 €	Soma [7]=[5]+[6]	5 859 346,28 €	10 147 937,04 €

16. Relatório do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n° 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n° 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

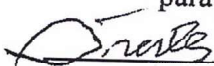
Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da ILHAS DE VALOR, S.A., (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 30.521.158 euros e um total de património líquido de 16.762.249 euros, incluindo um resultado líquido de 1.477.185 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da ILHAS DE VALOR, S.A. em 31 de Dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

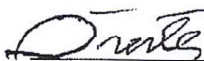
Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental, a demonstração consolidada da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 5.929.730 euros), a demonstração consolidada da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 5.807.614 euros) e a demonstração consolidada de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

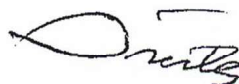
O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Sobre o relatório consolidado de gestão

Em nossa opinião, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 12 de Junho de 2024



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.

representada por

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)

Registado na CMVM com o nº 20160190

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)

Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2023

(Contas Consolidadas)

Senhores Acionistas:

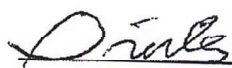
Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vimos apresentar o nosso relatório sobre a fiscalização das contas consolidadas da **ILHAS DE VALOR, S.A.**, em referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, as quais, em conjunto com o relatório consolidado de gestão, nos foram submetidas para exame pelo Conselho de Administração nos termos do disposto no nº 1 do artigo 508º-D do Código das Sociedades Comerciais.

Ao mesmo tempo, damos o nosso Parecer sobre os mesmos documentos.

RELATÓRIO

Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pela **ILHAS DE VALOR, S.A.**, como empresa consolidante, de harmonia com o estabelecido no Decreto-Lei nº 98/2015, de 02 de Junho, e que nos seus aspectos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas publicadas no mencionado diploma legal.

O relatório consolidado de gestão satisfaz de um modo geral os requisitos exigidos pelo artigo 508º-C do Código das Sociedades Comerciais e verificámos que existe concordância do seu conteúdo com as contas da consolidação.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)

Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Em face do exposto, e dado não se nos ter deparado qualquer aspecto que afecte materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

Ponta Delgada, 12 de Junho de 2024

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)
Registado na CMVM com o nº 20160190